PLANO MAIS IDH DIAGNÓSTICO AVANÇADO

AFONSO CUNHA



IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

PLANO MAIS IDH DIAGNÓSTICO AVANÇADO

AFONSO CUNHA

São Luís
2016

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Plano Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Afonso Cunha / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís, 2016.

67 p. : il

1. Desenvolvimento econômico – Maranhão. I. Título.

CDU 338.1 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Governador
Flávio Dino de Castro e Costa

Vice-Governador
Carlos Orleans Brandão Junior

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN
Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

Presidente
Felipe Macedo de Holanda

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
Carlos Frederico Lago Burnett

Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos
Josiel Ribeiro Ferreira

Diretora de Comunicação e Disseminação de Dados
Lígia do Nascimento Teixeira

Diretor Administrativo Financeiro
André Luiz Lustosa de Oliveira

EQUIPE DE PESQUISA

Aspectos Culturais e Turísticos

Carlos Henrique Santos da Silva **(Coordenação)**
Getúlio Estefânio Duarte Martins **(Coordenação)**
Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha
Cosme do Nascimento Neves Júnior
Eloína Coelho Carneiro
José Ribamar Trovão
Paulo César dos Santos Garras
Vitor Raffael Oliveira de Carvalho

Gestão e Meio Ambiente

José de Ribamar Carvalho dos Santos **(Coordenação)**
Alfredo Luiz Bacelar Ribeiro
Elison André Leal Pinheiro
Rafael Ferreira Maciel
Yata Anderson Gonzaga Masullo

Dimensão Educação

Dionatan Silva Carvalho **(Coordenação)**
Anderson Nunes Silva
Marcelo de Sousa Santos
Rafael Thalysson Costa Silva

Dimensão Longevidade

Laiane Sousa Silva Rabelo **(Coordenação)**
Odara Freitas Pereira Leite **(Coordenação)**
Elizabeth Pessanha Silva
Karina Coqueiro Mendes
Nayara dos Reis Ribeiro

Dimensão Renda

Talita de Sousa Nascimento **(Coordenação)**
Geilson Bruno Pestana Moraes
João Carlos Souza Marques
Marlana Portilho Rodrigues

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Coordenação
Lígia Teixeira

Arte/Diagramação
Yvens Goulart
Rodrigo Reis

Revisão
Camila Carneiro
Caroline Ribeiro

Apresentação

Com o presente Diagnóstico Avançado, que particulariza a situação de cada um dos municípios maranhenses selecionados para compor o Plano Mais IDH do Governo do Estado, o IMESC disponibiliza aos poderes públicos e à sociedade civil do Maranhão e do Brasil uma radiografia detalhada do estado dos serviços e das condições sociais da educação, saúde e renda, abrangendo no estudo a totalidade dos 30 territórios municipais. Disposto em mais de 2.000 páginas, o Diagnóstico se apresenta de forma individualizada, em 30 fascículos que, analisando separadamente cada município, constitui um rico e inédito conjunto de informações sobre as condições da pobreza maranhense, sendo assim expressão materializada do esforço de inversão de prioridades que o Governo Flávio Dino vem consolidando na administração pública estadual.

Construído tal como o próprio processo do Plano, que uniu e alternou teoria e prática, este Diagnóstico é fruto de pesquisas cuidadosas sobre dados estatísticos, disponíveis em dezenas de instituições internacionais, nacionais e estaduais de pesquisa, mas também resulta de trabalho de campo nos 30 municípios, quando dezenas de técnicos do IMESC percorreram as sedes municipais e áreas rurais, registrando atividades e colhendo depoimentos de gestores públicos e lideranças sociais.

Ampliando a pesquisa para aspectos relacionados com especificidades próprias das unidades federativas, estreitamente relacionadas com o estágio de desenvolvimento em que se encontram cada um dos municípios, o documento inclui – além daqueles três eixos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – informações atualizadas sobre valiosas características socioculturais e ambientais, cujo inexplorado potencial turístico e suas frágeis estruturas de gestão, representam aspectos relevantes para pensar políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico para as regiões analisadas. Entendidas pelo documento como riquezas de grande capacidade de geração de oportunidade socioeconômicas, mas até aqui desprezadas e/ou subvalorizadas por políticas pretéritas, os valores culturais e naturais de parte significativa dos municípios analisados são janelas para alargar políticas de desenvolvimento, mas também portas por onde novos agentes públicos e mais sujeitos sociais poderão ingressar no Plano Mais IDH.

Longe de ser um documento conclusivo, que retrata em números e mapas, o recém implantado processo que, desde o início de 2015, vem articulando poder público e sociedade civil em torno dos esforços de melhoria das condições de vida da população mais pobre do Maranhão, este Diagnóstico Avançado abre possibilidade de ampliação dos horizontes de atuação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, demandadas pela maioria da nossa população. Esperamos que, em mãos de técnicos e gestores das secretarias e órgãos que constituem o Comitê Executivo e os Comitês Municipais do Plano Mais IDH, mas também das demais instituições públicas e privadas – federais, estaduais e municipais –, se transforme em ferramenta para a construção, o monitoramento e a avaliação das novas e cada vez mais decisivas ações que valorizem nossa gente e as coisas do Maranhão.

Felipe de Holanda
Presidente do
IMESC/SEPLAN

SUMÁRIO

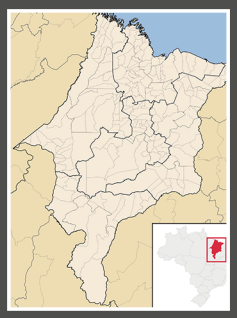
1 CULTURA E TURISMO
Características do Município
Cultura | Turismo | Aspectos geográficos
07

2 MEIO AMBIENTE
Gestão e Meio Ambiente
Estrutura Institucional e Ambiental
16

3 EDUCAÇÃO
Dimensão Educação
Taxa de analfabetismo | EJA | IDEB
26

4 RENDA
Dimensão Renda
Pobreza e Benefícios Sociais | Trabalho e Renda
Produção Agropecuária e Comercialização
45

5 LONGEVIDADE
Dimensão Longevidade
Saúde da criança e da mulher | Atenção Básica
Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis | Saneamento Básico
56



1. Características do Município

Cultura - Turismo - Aspectos geográficos

1.1 Localização Geográfica

O município Afonso Cunha limita-se ao Norte com Chapadinha e Coelho Neto; ao Oeste com Codó, Chapadinha e Aldeias Altas; ao Sul com Aldeias Altas; ao Leste com Coelho Neto **(Mapa 1)**.

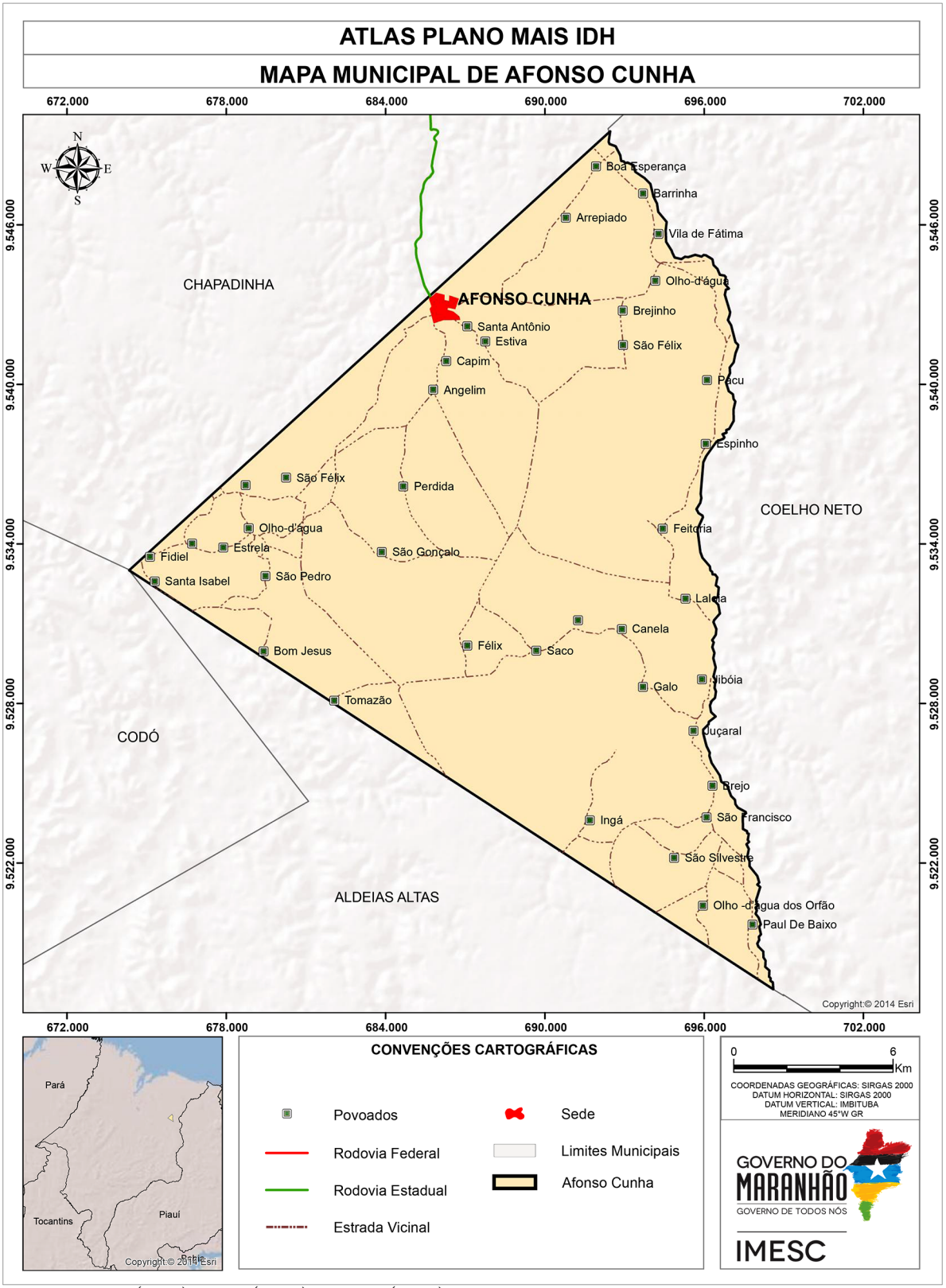
O aludido município encontra-se localizado na Mesorregião Leste Maranhense - Microrregião Geográfica de Coelho Neto e, na Região de Planejamento do Estado, está na Região do Alto Munim.

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -04º03'58" de latitude e -43º16'11" de longitude; Oeste-04º13'00" de latitude e -43º25'56" de longitude; Sul -43°12' 46" de longitude e -04º21'27" de latitude; Leste -43°12'46" de longitude e -04º21'27" de latitude.

O município possui 371,338 km² de extensão, correspondendo a 0,11% do território estadual. A população registrada no Censo Demográfico 2010 era 5.905 habitantes (3.234 na área urbana e 2.671 na rural), assim, a densidade demográfica registrada ficou em 15,09 hab/km²; a população estimada para 2015 foi de 6.351 habitantes.

"O município possui 371,338 km² de extensão, correspondendo a 0,11% do território estadual."

Mapa 1: Localização de Afonso Cunha



Fonte: CPRM (2011); IBGE (2010), IMESC (2015)

1.2 Processo de Ocupação

O povoado Regalo é o marco inicial da história de Afonso Cunha, pois ali, nos limites de Coelho Neto e Chapadinha, iniciou-se o desbravamento do território. No início, a formação do lugar não se alterava e, apenas em pequena escala, explorava-se a lavoura e o extrativismo.

A família Bacelar, influente na política de Coelho Neto e gozando da simpatia do Governo do Estado, iniciou a proposição para criar-se o município, dando-lhe o topônimo de Afonso Cunha, em homenagem ao poeta caxiense, grande amigo da família.

Apresentado o projeto e encaminhado à consideração da Assembleia Legislativa do Estado, recebeu total apoio, logo aprovado através da Lei Estadual nº 87, de 10 de outubro de 1959, com o nome de Afonso Cunha, sendo desmembrado de Coelho Neto.

O primeiro prefeito do município foi Zilmar Correa Lima (1963-1966), seguido por: Carlos Alberto de Araújo (1967-1972), Antonio Américo M. Bacelar (1973-1976 e 1983-1988 e 1993-1996), José Martins de Moura (1977-1982 e 1989-1992), Raimunildes da Silva Reis (1997-2000), Mário César Bacelar Nunes (2001-2004 e 2005-2008) e José Leane de Pinho Borges (2009-2016).

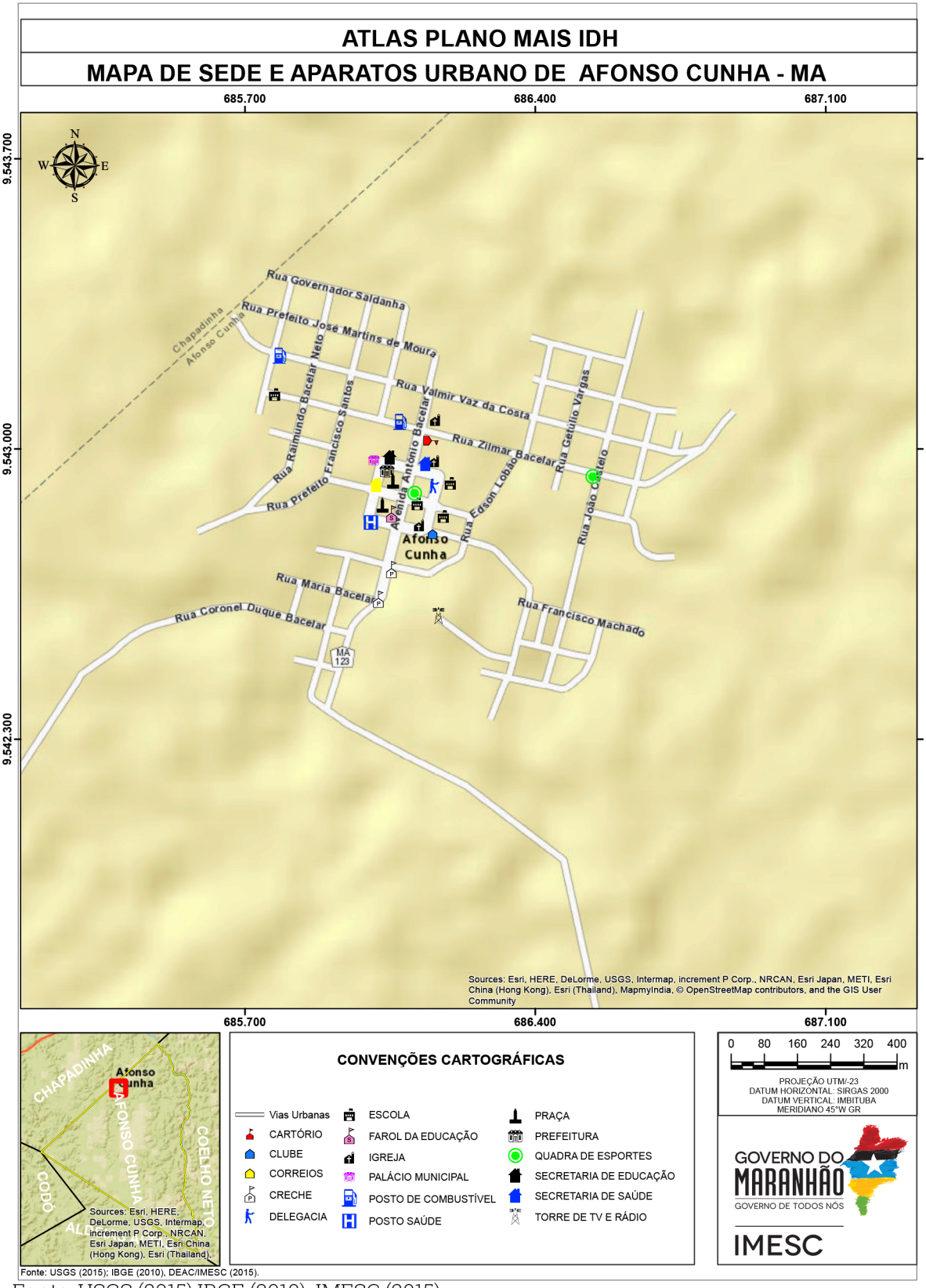
1.3 Sede Municipal

A sede de Afonso Cunha possui uma área de 1,01 km², que corresponde a 0,27% do município, caracterizando-se por estar em uma área plana, sendo atravessado pelo riacho São Gonçalo no sentido Norte/Sul **(Mapa 2)**.

O acesso à cidade é feito pela rodovia MA 025 que sai da cidade de Chapadinha e pela rodovia MA 123 que segue em direção ao município de Coelho Neto. Esta, ao atingir a sede de Afonso Cunha torna-se avenida. Além da rodovia MA 025, a sede conta com uma avenida **(Figura 1)**, 15 travessas e 10 ruas, ressalta-se que o revestimento da malha viária é composto por asfalto, cimento, paralelepípedos e piçarra, sendo o tipo predominante o primeiro.

“A família Bacelar, influente na política de Coelho Neto e gozando da simpatia do Governo do Estado, iniciou a proposição para criar-se o município”

Mapa 2 - Sede Municipal



Fonte: USGS (2015);IBGE (2010), IMESC (2015).

Na parte Oeste do riacho São Gonçalo está o centro administrativo da cidade, pois ali, estão principalmente os órgãos públicos como a Prefeitura Municipal **(Figura 2)**, agência dos Correios, Câmara Municipal, Secretaria de Educação e o Centro de Saúde. Depois, há uma sequência de residências de porte médio, geminadas, térreas, a maioria porta e janela e sem recuo, de alvenarias, cobertas com telhas de argila. A proporção que se afasta do centro administrativo, na parte Leste do riacho, as casas são afastadas, intercaladas por cercas de pau a pique, com grandes quintais.

Figura 1 - Avenida Antonio Bacelar



Fonte: IMESC, 2015.

Figura 2 – Prefeitura Municipal



Fonte: IMESC, 2015.

1.4 Aspectos Culturais e Turísticos

Podem ser considerados como atrações turísticas: a festa de Santa Luzia, padroeira do município, além dos diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano; os festejos juninos, o carnaval e o aniversário da cidade em março, com vasta programação cultural e shows.

Conforme o Censo, no quesito religião, dos 5.905 habitantes entrevistados (IBGE, 2010), 91,8% se declararam católicos, 8,18% evangélicos, 0,05% umbanda e candomblé, 0,08% outras religiões e menos de 1% sem religião **(Tabela 1).**

Tabela 1 – População Residente por Religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica Apostólica Romana	5.378
Evangélicas	483
Espírita	-
Umbanda e Candomblé	3
Outras religiosidades	5
Sem religião	36
Não sabe	-
Sem declaração	-
Total	5.905

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

O município possui 31 igrejas católicas, sendo 30 dividas em templos e capelas pela zona rural e uma matriz localizada na área urbana, dedicada a Santa Luzia, reverenciada no dia 13 de dezembro, com festejo que inclui missas e procissões. Além desta, outros santos são reverenciados, é o caso de São Francisco e São Raimundo. Com um percentual reduzido de fiéis no município, os evangélicos contam com cinco templos, sendo eles, Assembleia de Deus, Batista, Mundial, Adventista e Madureira. Quanto à religião de matriz africana, há três terreiros que realizam festas para diversos santos.

No âmbito das festas populares, destacam-se o bumba-meu-boi (sotaque costa de mão), três grupos de danças portuguesas, quatro danças *country,* nove quadrilhas, além dos tambores de crioula dos quilombolas dos povoados Vila Maria e Boa Vista que se apresentam em arraiais durante as festividades juninas. Há também duas vaquejadas, que atualmente ocorrem no Parque da Vereda e no Parque São Francisco do Braga e o concurso de beleza, denominado Pérola Negra. Outro evento popular do município acontece após o carnaval, o Lava Pratos, que atrai brincantes dos municípios vizinhos, realizado em um balneário chamado Prainha, localizado na sede do município.

O ecoturismo ainda é pouco explorado, mas possui um grande potencial, especialmente pelo Rio Munim **(Figura 3)** que corta parte do munícipio, além de alguns riachos.

O referido rio atrai, principalmente nos finais de semana, um grande fluxo de pessoas, que buscam suas águas para o lazer. Estas são ideais para o banho, além de se poder desfrutar de suas areias brancas. Em relação a culinária pode-se degustar o baião de dois, a galinha caipira e o tambaqui assado e cozido. Quanto a hospedagem há três hospedarias e os ritmos predominantes são o reggae e o forró.

Figura 3 - Rio Munim



Fonte: IMESC, 2015.

Para entretenimento, o município conta com um campo de futebol, duas quadras poliesportivas, um ginásio com capacidade para 1.000 pessoas, duas praças arborizadas **(Figura 4)**, gincana escolar realizada anualmente, o aniversário da cidade no dia 25 de março com apresentação de bandas musicais e o desfile escolar, que ocorre em setembro, por ocasião das comemorações da Independência do Brasil.

Figura 4 – Praça Principal



Fonte: IMESC, 2015.



Meio Ambiente

2.Gestão e Meio Ambiente

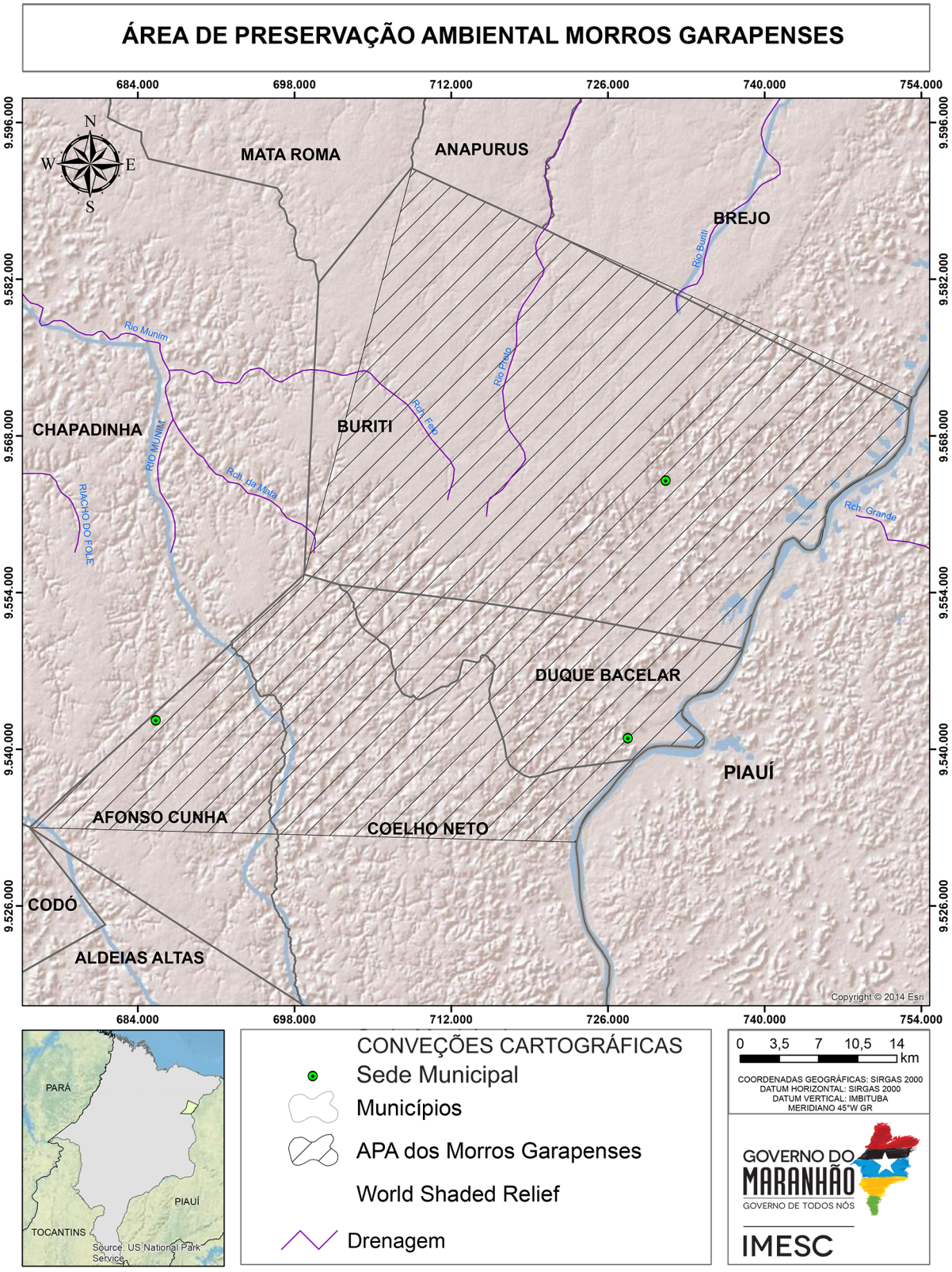
2.1 Área de Relevância Ambiental

A Área de Preservação Ambiental Estadual dos Morros Garapenses, criada pela Lei 25.087, de 31 de dezembro de 2008, abrange os municípios de Buriti, Duque Bacelar, Coelho Neto e Afonso Cunha, ocupando uma extensão de 210km² do Município, 56,60% do seu território.



“...uma extensão de 210km² do Município, 56,60% do seu território.”

Mapa 3 : APA dos Morros Garapenses



Fonte: IBGE (2015); SEMA (2010), CPRM 2010, IMESC (2015)

A Vegetação da APA dos Morros Garapenses possui grande extensão ainda preservada dos ecossistemas transitórios de caatinga, mata de cocais e cerrado, sendo este último um dos biomas brasileiros mais ameaçados. A APA possui um conselho em funcionamento, o Conselho Ambiental dos Morros Garapenses – CONAMG – com 16 representantes que se reúnem ordinariamente quatros vezes ao ano, buscando soluções para os problemas ambientais e da sustentabilidade da Unidade.

Figura 05: APA Morros Garapenses



Fonte: IMESC (2015)

2.2 Recursos Hídricos

Afonso Cunha está inserido integralmente na Bacia Hidrográfica do Munim. Observa-se que o Município precisa estar incluído e participando das discussões no âmbito do Comitê, contribuindo para a gestão desse importante recurso natural.

O município possui uma relativa disponibilidade hídrica **(Mapa 04)**, sendo cortado pelos rios São Gonçalo, Ingá e Barriguda, tributários do rio Munim, além de outros menores, porém com grande relevância para a população local.

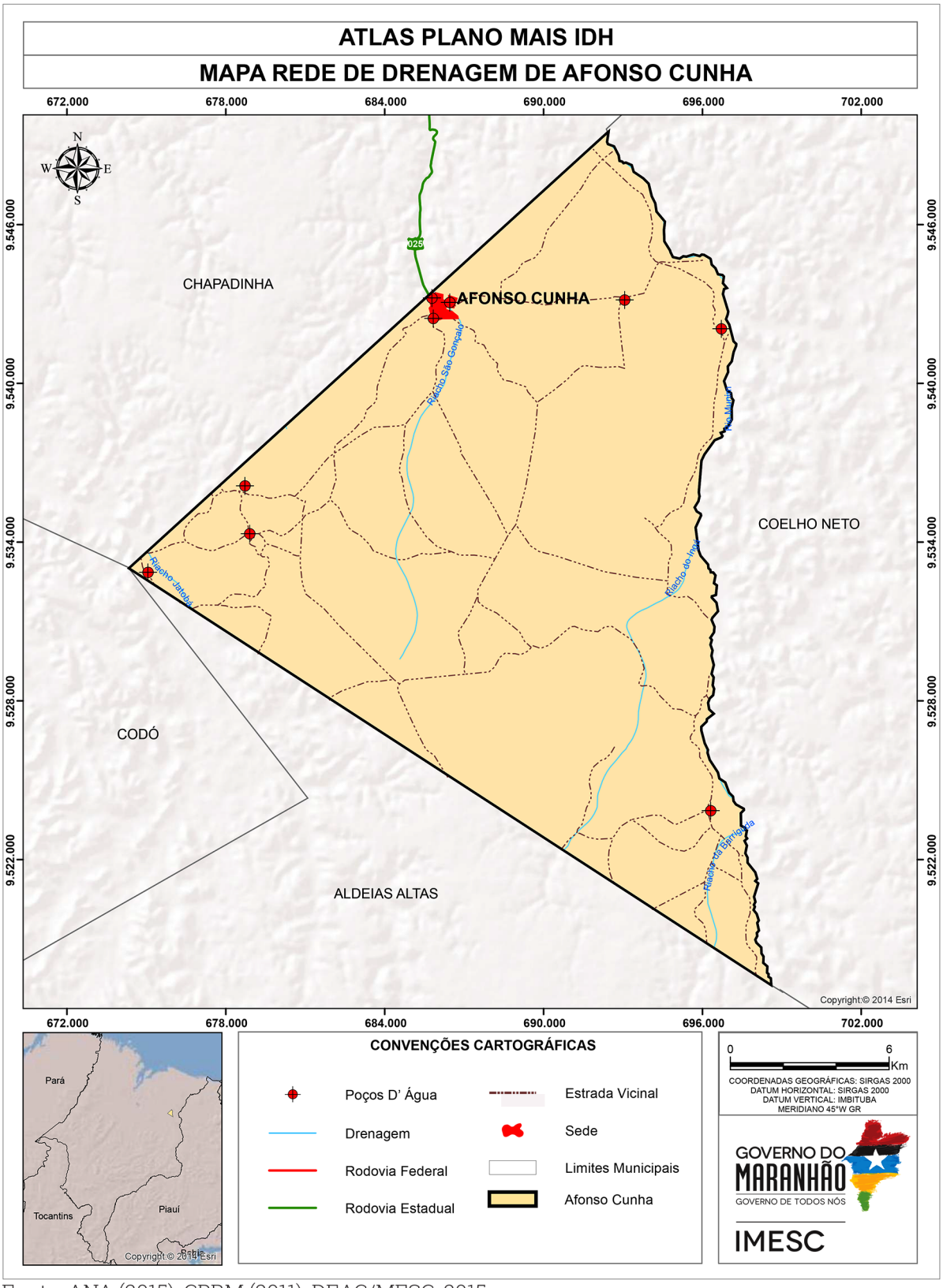
Nesse sentido, destaca-se que a gestão de recursos hídricos, face a sua importância estratégica, deve ser colocada como ponto de destaque para a gestão municipal, tanto em relação à preservação qualitativa e quantitativa desses mananciais, quanto pela diversidade de atividades econômicas ligadas a esse, cada dia mais escasso, recurso natural.

Recomenda-se ainda que as ações para a proteção dos recursos hídricos sejam implementadas utilizando-se a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento ambiental, posto que, trata-se de um fundamento da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH).



“Afonso Cunha está inserido na Bacia Hidrográfica do Munim”

Mapa 04: Drenagem em Afonso Cunha



Fonte: ANA (2015); CPRM (2011); DEAC/MESC, 2015

2.3 Legislação Municipal

O município de Afonso Cunha possui os três instrumentos principais de Gestão consolidados (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Os planos Diretor e de Educação ainda estão em elaboração, como concluídos estão os planos de Saneamento, Saúde e Desenvolvimento Rural.

Dentre os planos desenvolvidos no município, o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB deve ser ressaltado por possuir características intersetoriais, com o objetivo central de estruturar corretamente a gestão de obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água, e a correta disposição final dos resíduos sólidos, influenciando diretamente a saúde e o desenvolvimento local.

Na organização municipal existe legislação sobre Zona e/ou Área de Interesse Especial, Lei de Perímetro Urbano, Código de Obras e Decreto sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Essas legislações auxiliam inicialmente a organização e o ordenamento territorial.

Contudo, o Plano Diretor ou instrumento direcionador para a gestão municipal, ainda está em elaboração no município, dificultando assim as políticas de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana. Como consequência, não existe a delimitação das zonas urbanas, rurais e as melhores localizações dos distritos específicos na malha municipal, bem como direcionamento para sua otimização de sua organização e/ou expansão.

2.4 Gestão Ambiental

Durante a pesquisa *in loco* realizada em Afonso Cunha pelo IMESC, constatou-se que o município possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente exclusiva, com legislação ambiental municipal estruturada, possibilitando a anuência de empreendimentos, realização de fiscalizações, aplicações de multas e licenciamentos.

Dentre os impactos ambientais identificados e relatados pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente na visita técnica, podem ser citados os desmatamentos como uma das principais causas apontadas; a monocultura da soja que avança sobre o bioma do cerrado, diminuindo assim sua biodiversidade com a retirada da vegetação nativa; e as queimadas deflagradas pela prática da limpeza de terrenos para roças de toco ligadas ao plantio da agricultura familiar.

[1]Da Obrigatoriedade e abrangência do Plano Diretor:

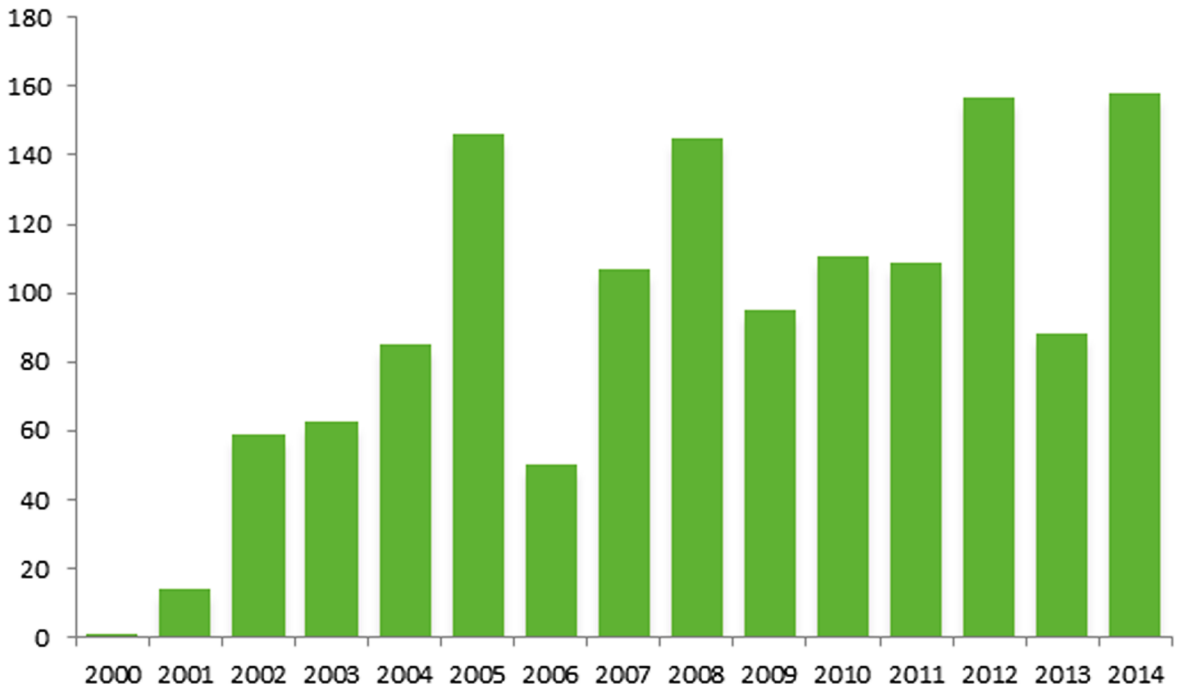
De acordo com o artigo 41 do Estatuto da Cidade:

"Art. 41 – O plano diretor é obrigatório para cidades:
I – com mais de vinte mil habitantes;
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
III – onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal;
IV – integrantes de área de especial interesse turístico;
V – inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional"

2.5 Queimadas

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2015) foram identificados no município de Afonso Cunha a incidência de 1.388 focos de queimadas entre os anos de 2000 e 2014, com uma média anual de 92,5 focos. Com base nos dados apontados, o município constitui 0,11% dos casos de queimadas do Estado no período analisado. No **Gráfico 1**, pode-se observar um aumento dos focos de queimadas entre os anos de 2000 a 2005. Já a partir de 2006, observa-se uma diminuição no quantitativo de focos superior a 50%. Já entre 2007 e 2014 ocorreu uma variação quase constante entre aumento e diminuição dos focos.

Gráfico 1 - Focos de Queimadas - Afonso Cunha - 2015 (número de focos)

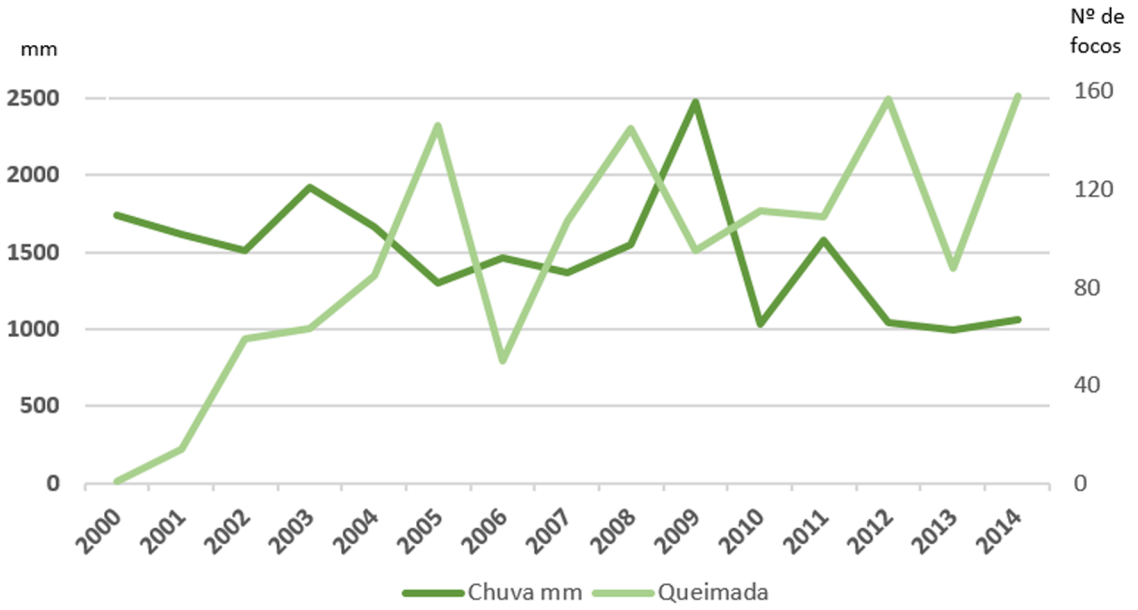


Fonte: INPE.

A intensificação dos focos de queimadas em Afonso Cunha está relacionada a fatores climáticos e ambientais (diminuição do índice pluviométrico, baixa umidade do ar, tipo de vegetação e outros), mas principalmente está associada a fatores antrópicos. Em grande parte dos casos o processo de queimadas tem ligação com o desmatamento, a fim de obter novas áreas para cultivos de lavouras, limpeza de pastos e preparação da área para o plantio de pequenos agricultores

A partir da relação entre os dados das queimadas a outras informações, como por exemplo, os Índices de Pluviosidade (Gráfico 2), tem um comparativo entre o aumento dos focos de queimadas coincidindo com o período de menor índice pluviométrico.

Gráfico 2 - Focos de Queimadas x índice pluviométrico - Afonso Cunha - 2000-20014



Fonte: ANA, INPE-Prodes

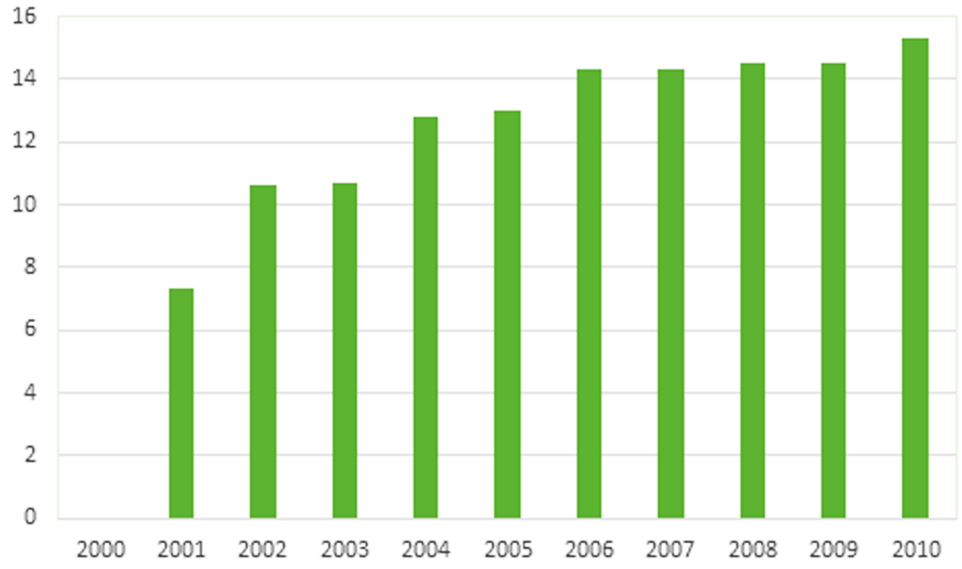
No comparativo do Gráfico 2, observa-se no ano de 2005 o crescimento dos focos de queimadas em conjunto com a diminuição dos índices pluviométricos, com uma média anual de 1.296,9 mm. Dessa forma pode-se correlacionar a influência dos índices pluviométricos sobre a variação da incidência dos focos de queimadas, a qual é ampliada pelas ações antrópicas supracitadas.

A principal cultura existente em Afonso Cunha é o cultivo de grãos, tendo as principais variedades o milho e a soja como produções de grande escala; a mandioca como agricultura de subsistência; e a produção de farinha utilizada para subsistência e para a venda na própria sede Municipal ou para outras localidades. A colheita manual da cana-de-açúcar é realizada com queimada do canavial para reduzir a folhagem e diminuir os riscos de acidentes com animais peçonhentos. Essa prática acaba aumentando os focos de queimadas, porém, como em sua grande parte são controladas, não causam tantos riscos ao meio ambiente, além dos já reconhecidos.

2.6 Desmatamento

Devido a evolução do agronegócio na região do Baixo Parnaíba com a produção de grãos, o plantio de milho e soja, o município de Afonso Cunha apresenta desenvolvimento nessa cultura, ainda em expansão. No entanto, as ocupações das áreas para o plantio dessas monoculturas alteram a dinâmica paisagística, principalmente no cerrado, sendo este o segundo maior bioma em porção territorial e um dos mais importantes para a preservação ambiental. Ressalta-se que parte do município está inserido em área de preservação ambiental, dessa forma os impactos relacionados ao desmatamento nessas áreas e a atuação antrópica têm tomado destaque no decorrer dos anos, situação demonstrada no **Gráfico 3**.

Gráfico 3 – Desmatamento (km²) - Afonso Cunha – 2000 - 2010



Fonte: Prodes - INPE.

No período de 2001 a 2010, os valores em desmatamento somaram uma totalidade de 127,3 km². Visualiza-se uma ampliação progressiva das áreas desmatadas com aumento significativo a partir de 2004, desse modo frisa-se a necessidade de intensificação no monitoramento, para alcançar e avaliar melhor os investimentos na região e prevenir os desmatamentos no município principalmente nas Unidades de Conservação – UC's. Devido aos problemas ambientais, a APA do Morro dos Garapenses por ter características de proteção de uso sustentável tem por finalidade organizar os processos de ocupação do solo, uso consciente dos recursos naturais, tanto da fauna como da flora e também dos cursos D'água assegurando assim a sustentabilidade e o uso sustentável dos recursos naturais ali existentes.

Educação



3.Educação

A educação representa uma das três dimensões utilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para avaliar o desenvolvimento humano através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Esta dimensão (IDHM-Educação) é mensurada pelo resultado da média geométrica de dois componentes, são eles: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem.

O primeiro componente é medido pelo indicador percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com Ensino Fundamental completo e tem peso 1. Já o segundo componente tem peso 2, e é medido pela média aritmética de quatro indicadores que o compõem: i) percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola; ii) percentual de jovens de onze a treze anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; iii) percentual de jovens de quinze a dezessete anos com ensino fundamental completo; e iv) percentual de jovens de dezoito a vinte anos com ensino médio completo.

Ou seja, o primeiro componente que tem peso 1, por ser composto por apenas um indicador representa 33,3% do IDHM-E, enquanto que o segundo componente de peso 2, por ser composto por quatro indicadores, possui representatividade de 16,6% para cada indicador.

A forma como está estruturado o IDHM-Educação, possibilita-se a avaliação do funcionamento escolar dos períodos passados (escolaridade da população adulta) e da dinâmica educacional da população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação (fluxo escolar da população jovem), o que facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas e nas idades certas.

Além dos indicadores relativos à dimensão IDHM Educação, foram utilizadas outras variáveis para a elaboração deste Diagnóstico,para melhor retratar a realidade do município, são elas: indicadores referentes ao nível de instrução da população como

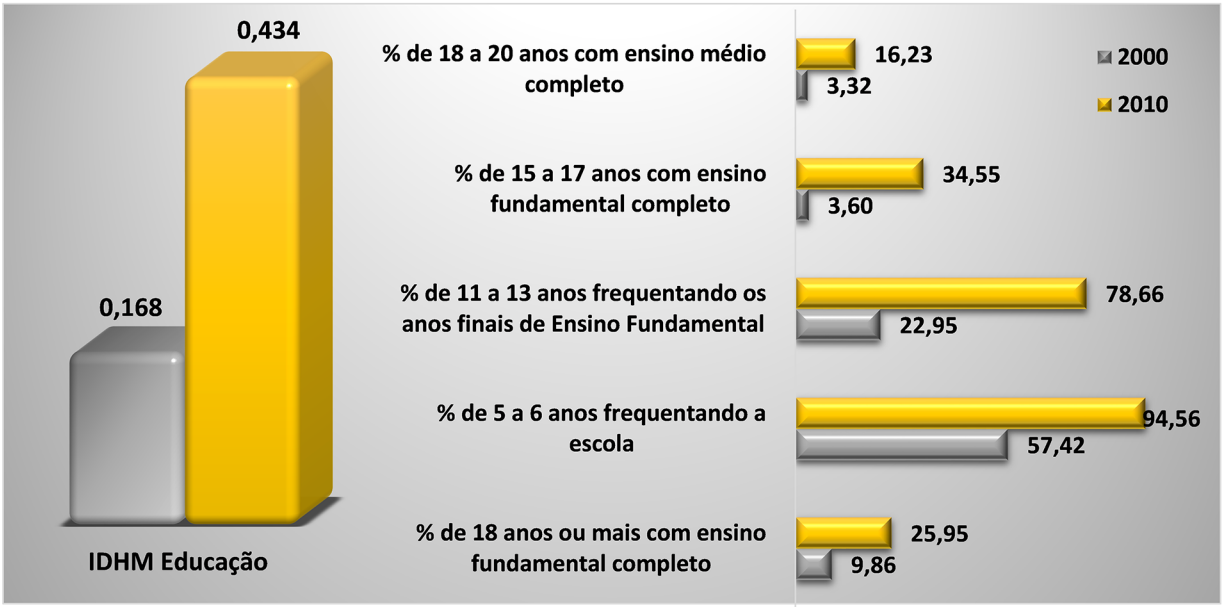


Taxa de Analfabetismo e quantidade de matrículas e escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos - EJA; indicadores referentes à demanda e oferta de ensino regular, como número de matrículas, quantidade de escolas e professores; indicadores referentes à infraestrutura das escolas, como local de funcionamento e serviços básicos e; indicadores de desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. A escolha de tais variáveis deve-se ao fato de que permitem uma avaliação mais completa da situação da educação no Município de Afonso Cunha, tendo em vista que, a evolução delas, contribui para a melhora do IDHM-Educação.

Destaca-se que os indicadores selecionados se relacionam, não somente com os programas educacionais que estão sendo desenvolvidos dentro do Plano Mais IDH, mas também com os indicadores utilizados no cálculo da dimensão IDHM-E, funcionando, dessa forma, como proxy para avaliação do nível de desenvolvimento da educação nos municípios que estão inseridos no Plano.

Das três Dimensões (Longevidade, Educação e Renda), que compõem o IDHM, a Educação foi a que apresentou menor índice em Afonso Cunha, tanto no ano 2000 (0,168) quanto em 2010 (0,434). Ainda que tenha sido aquela que registrou maior crescimento absoluto (0,266 em dez anos), a Dimensão Educação conserva-se aquém do limite superior da faixa de desenvolvimento classificada como muito baixo pelo PNUD, que é de até 0,499. Situação que faz dessa Dimensão um dos maiores entraves para a elevação do nível de desenvolvimento humano em Afonso Cunha. O **Gráfico 4** ilustra esta situação.

Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal,
Dimensão Educação e respectivos indicadores - Afonso Cunha – 2000 e 2010.



Fonte: PNUD, 2010.



Com o aumento entre os anos 2000 e 2010 registrado na Dimensão Educação, Afonso Cunha subiu 195 posições no ranking dos municípios brasileiros, saindo da posição nº 5.226 no ranking do IDHM-E em 2000, para o 5.031º lugar em 2010.

Dentre os indicadores relativos à Dimensão, os que mais cresceram em termos relativos na década 2000-2010, foi o percentual de pessoas de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental e o percentual de pessoas de cinco a seis anos frequentando a escola[2]. Quanto ao indicador percentual de pessoas de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo, Afonso Cunha continua com baixas taxas (3,32% em 2000 e 16,23% em 2010), o que evidencia a necessidade de políticas educacionais voltadas para a redução da distorção idade série e da evasão escolar no Ensino Médio.

No que tange à população de 25 anos ou mais de idade, em 2010, apenas 11,3% possuía o Ensino Médio completo e 4,36% possuía Ensino Superior completo. Em relação à oferta de Ensino Médio, em Afonso Cunha existe apenas uma escola ofertando esta etapa de ensino que, de acordo com o Informe Estatístico da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC, registrou 353 matrículas em 2014, 23 a mais que no ano anterior. Considerando a diferença entre o número de matrículas no 9º ano do Ensino Fundamental (162) em 2013, em relação à 1º série do Ensino Médio (210) em 2014, evidencia-se um aumento de matrículas. Ainda assim, deve-se atentar para diversos fatores como descontinuidade no ensino, abandono, evasão escolar e reprovação. Quanto a estes indicadores, observou-se, para 2014, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, taxa de abandono, distorção Idade-Série e Reprovação do Ensino Médio de 15,2%, 77,1% e 22,5%, respectivamente.

[2]Tais resultados podem ser atribuídos, dentre outros fatores, ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família - PBF, que exige o cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação saúde para que a família permaneça recebendo o benefício. Na área de Educação, os compromissos que devem ser cumpridos são: i) Matricular as crianças e adolescentesde 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; ii) Garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa, e iii) Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes.

3.1 Analfabetismo

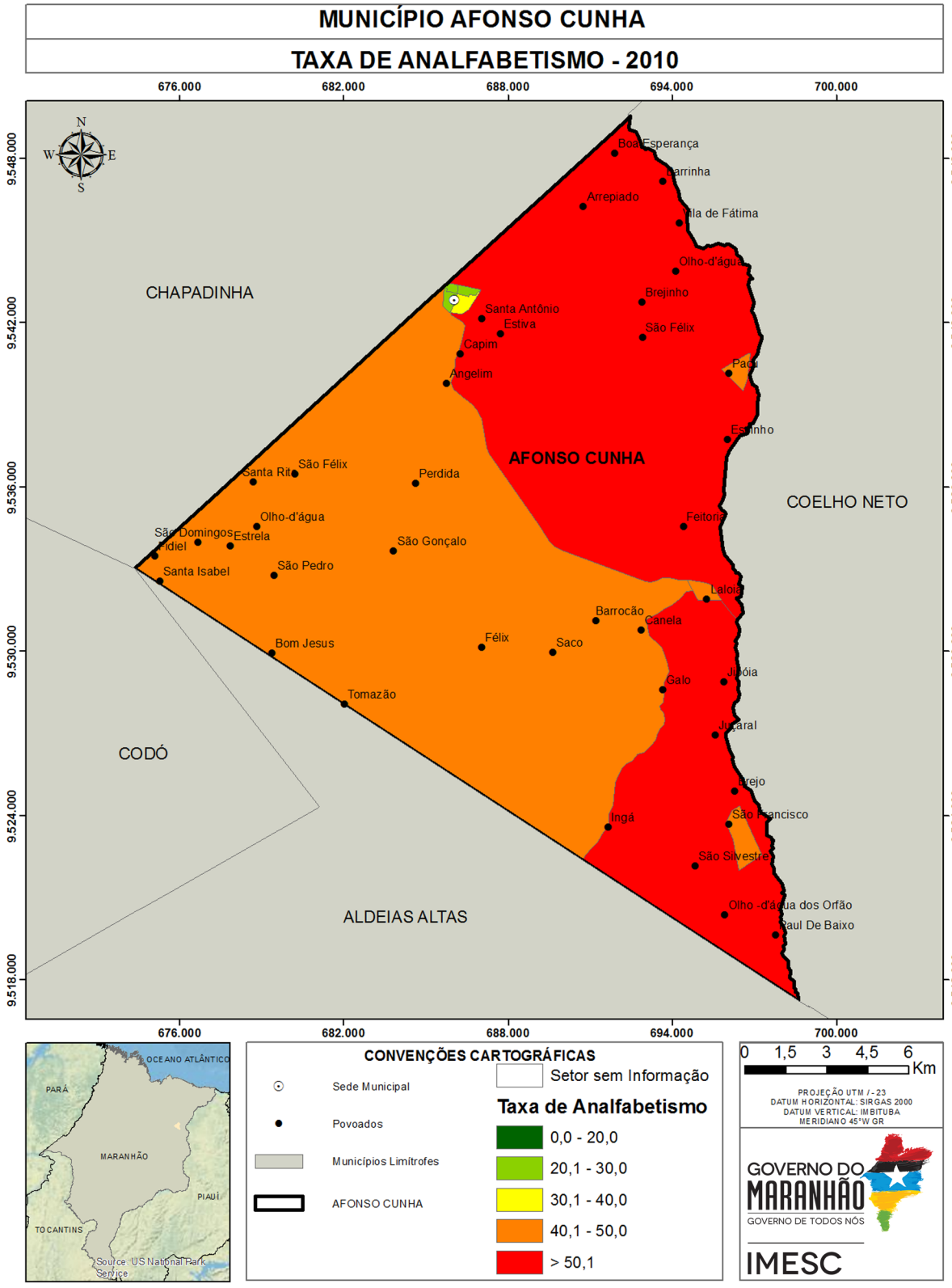
O município Afonso Cunha possui taxa de analfabetismo de 34,7% (1.277 habitantes), enquanto que a taxa do Estado é de 20,9%, segundo dados do Censo Demográfico de 2010. Considerando somente a taxa média de analfabetismo das pessoas de 15 a 29 anos, observa-se significativa melhora de 2000 (23,3%) para 2010 (12,2%). O **Mapa 5** indica a taxa de analfabetismo no município, segundo os setores censitários do IBGE.

Constata-se que a maior incidência de taxas elevadas de analfabetismo encontra-se na zona rural do município, principalmente no setor censitário que circunscreve o povoado São Félix (51,4%), seguido do setor no qual estão localizados os povoados Brejo e Ingá (50,2%) e do setor que engloba o povoado Laloia (45%). A taxa média de analfabetismo da sede do município é 26,7%. Dentre os quatro setores censitários que dividem a sede, a menor taxa observada foi 29,2% e a maior foi 33,7%.

> “a maior incidência de taxas elevadas de analfabetismo encontra-se na zona rural do município”



Mapa 5 – Taxa de analfabetismo do município de Afonso Cunha por setor censitário 2010 – em %.



Fonte: IBGE (2008,2010), IMESC (2015)

3.2 Educação de Jovens e Adultos[3]

Segundo os dados do Informe Estatístico, disponibilizados pela SEDUC/MA, observou-se que Afonso Cunha oferta a modalidade Educação de Jovens e Adultos apenas para o nível fundamental, que registrou redução de 0,9% no número de matrículas de 2010 para 2014 **(Tabela 2)**. Destaca-se ainda que, a maioria das matrículas estão em escolas de Dependência Administrativa municipal localizadas na zona rural.

Tabela 2 - Número de matrículas do EJA, segundo dependência administrativa e zona, Afonso Cunha - 2010 a 2014

Dependência administrativa	Zona	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2014-2010 (%)	Variação 2014-2010 (%)
Municipal	Rural	181	306	294	189	194	13	7,2
	Urbana	51	54	67	31	36	-15	-29,4
	Total	232	360	361	220	230	-2	-0,9

Fonte: SEDUC/MA.

Verifica-se na **Tabela 2,** que durante o período de 2010 a 2012, houve aumento sucessivo no número de matrículas (129) na EJA do município, porém o número de matrículas em 2014 (230) caiu para um patamar menor que o de 2010 (232). Destaca-se ainda, que no ano de 2014, 16,5% das matrículas desta modalidade estão localizadas nas escolas em área remanescente de quilombo, são elas: Agda Rosa de Sousa (10), Bacelândia (13) e Santa Rita de Cassia (15).

Quanto ao número de escolas que ofertam EJA, o município Afonso Cunha possui 12 escolas na zona rural e 2 escolas na urbana. Pela quantidade razoável de escolas que disponibilizam tal modalidade em relação ao total **(Tabela 3),** o problema da EJA pode estar relacionado à falta de estímulo e/ou de perspectivas quanto aos benefícios provenientes do ingresso na escola.

[3]A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica. É destinada a jovens e adultos que paralisaram seus estudos, como também para os que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. Segundo o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), os sistemas de ensino tinham até 2013 para desenvolver programas que garantam a permanência na escola regular dos jovens de 15 a 17 anos. E a partir de 2013 o EJA só atenderia maiores de 18 anos.

Do total de escolas do município de Afonso Cunha, 60,9% oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 3 - Total de escolas e número de escolas que oferecem EJA, por zona – Afonso Cunha – 2014

Dependência administrativa	Zona	Escolas que oferecem EJA	Total de escolas
Municipal	Urbana	2	4
	Rural	12	18
	Total	**14**	**22**
Total	Urbana	2	5
	Rural	12	18
	Total	**14**	**23**

Fonte: SEDUC/MA.

3.3 Indicadores de Desempenho da Educação

3.3.1 Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB[4]

Avaliando os resultados do IDEB, com base nas recomendações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, verifica-se que, para os anos 2007, 2009, 2011 e 2013, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) de Afonso Cunha, registraram índices 2,8, 3,2, 3,6 e 3,5, não atingindo as suas metas de 2,9, 3,3, 3,7 e 3,9, respectivamente.

[4]O INEP recomenda como forma de avaliação do Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB - os seguintes parâmetros: i) se a escola atingiu a meta prevista; ii) se cresceu o IDEB em relação ao ano anterior iii) se já chegou ao valor de referência 6,0.

No que se refere aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a situação difere em relação aos Anos Iniciais, já que nos anos de 2007 e 2009 o índice permaneceu em 2,8 e 2,9, igualando às suas metas, simultaneamente. Na contramão, os anos de 2011 e 2013 registraram 2,9 e 2,7, não superaram suas metas de 3,1 e 3,4, respectivamente.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Projeções nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental regular, por escola – Afonso Cunha - 2005 - 2015

Nome da Escola		U.E. Dep. Federal Gastao Dias Vieira	Escola Ateneu Duque Bacelar	C.E. Dr. Carlos Magno Bacelar
IDEB	2005	3,3	2,2	4,4
	2007	3,3	2,5	3,4
	2009	3,4	3,6	-
	2011	4,2	3,5	-
	2013	3,9	3,4	-
Projeções	2007	3,4	2,4	4,5
	2009	3,7	2,9	4,8
	2011	4,1	3,5	5,2
	2013	4,4	3,8	5,5
	2015	4,7	4,0	5,7

Fonte: MEC/Inep.

Com base nas escolas de Afonso Cunha com IDEB divulgado, verifica-se que, nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, houve uma sensível piora. Tomando como referência a U.E. Deputado Federal Gastão Dias Vieira, o índice baixou de 4,2 em 2011 para 3,9 em 2013, não conseguindo superar a meta de 4,4 **(Tabela 4)**. Além daquela U.E., a Escola Ateneu Duque Bacelar registrou uma piora de 0,1 pontos percentuais entre os anos de 2011 e 2013, não conseguindo atingir a meta de 3,8.

No que tange ao IDEB dos Anos finais do Ensino Fundamental, a Escola Ateneu Duque Bacelar saiu de 3,2, em 2011, para 2,8, no ano de 2013, e, dessa forma, não atingiu a meta de 3,0. Igualmente, a U.E. Deputado Federal Gastão Dias Vieira, entre os anos 2007 e 2013, apresentou trajetória de queda no IDEB, sendo que entre 2011 e 2013 a redução foi de 0,2 p. não superando a meta de 3,4 em 2013, conforme a **Tabela 5**.

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Projeções nos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, por escola - Afonso Cunha - 2005 - 2015

Nome da Escola		Escola Ateneu Duque Bacelar	U.E. Dep. Federal Gastao Dias Vieira	C.E. Dr. Carlos Magno Bacelar
IDEB	2005	-	-	-
	2007	-	2,8	3,1
	2009	2,6	2,7	3,5
	2011	3,2	2,7	-
	2013	2,8	2,5	-
Projeções	2007	-	-	-
	2009	-	2,8	3,2
	2011	2,7	3,0	3,4
	2013	3,0	3,4	3,7
	2015	3,3	3,7	4,1

Fonte: MEC/Inep.

Sobre o desempenho[5] dos alunos de Afonso Cunha na Prova Brasil[6], que é um componente do IDEB, evidencia-se na **Tabela 6**, que os estudantes apresentaram baixo rendimento de aprendizagem, tanto em matemática quanto em português. Dentre as escolas com resultados divulgados, a Escola Ateneu Duque Bacelar e a U.E. Deputado Federal Gastão Dias Vieira foram as que se destacaram com melhor rendimento escolar, sendo que, entre 2011 e 2013, a primeira registrou diminuições de 6,6 e de 6,8 p. nas disciplinas de matemática e português.

[5] Para medir o desempenho dos alunos, o IDEB tem por base os seguintes componentes: i) a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j (unidade de ensino submetida à avaliação), obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino e; ii) o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j. Visto que o intuito da metodologia do IDEB é avaliar o desempenho dos alunos ao longo dos anos.

[6] Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc Acesso em: 07. Jul. 2015.

Já a segunda, apresentou retrações de 1,2 e de 5,4 p. nas matérias de matemática e português. Apesar da maior queda ter ocorrido nas notas da prova de português, verifica-se que o desempenho nessa disciplina permanece superior ao de matemática (Tabela 6).

Tabela 6 – Nota Padronizada de Matemática e Português e nota Média Padronizada, por escola, ensino fundamental Anos iniciais - Afonso Cunha - 2011 e 2013

Escola	Nota da Prova Brasil					
	Matemática 2011	Matemática 2013	Português 2011	Português 2013	Nota Média Padronizada (N) 2011	Nota Média Padronizada (N) 2013
Escola Ateneu Duque Bacelar	158,0	151,3	155,4	148,6	3,8	3,6
E.M. Bacelandia	-	132,3	-	129,5	-	2,8
E.M. Mariza Duarte	-	153,0	-	153,0	-	3,7
U.E. Dep Federal Gastao Dias Vieira	173,2	172,0	166,9	161,5	4,3	4,2

Fonte: MEC/INEP.

Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
ND* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novem-bro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

Conforme destacado na Tabela 6, a Nota Padronizada da Prova Brasil para os Anos iniciais regrediu entre 2011 e 2013, nas escolas destacadas. Levando-se em conta que a nota varia de 0 a 10, constatou-se que o desempenho se encontra aquém do limite máximo, inclusive registrando, nos referidos anos, distanciamento da Meta Brasil (6,0).

Tabela 7 – Nota Padronizada de Matemática e Português e nota Média Padronizada, por escola, ensino fundamental Anos finais - Afonso Cunha - 2011 e 2013

Escola	Nota da Prova Brasil					
	Matemática 2011	Matemática 2013	Português 2011	Português 2013	Nota Média Padronizada (N) 2011	Nota Média Padronizada (N) 2013
Escola Ateneu Duque Bacelar	208,9	205,6	205,7	203,2	3,6	3,5
U.E. Dep Federal Gastao Dias Vieira	195,0	202,9	194,9	209,6	3,2	3,5

Fonte: MEC/INEP.

Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
ND* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novembro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

Nos Anos finais, a situação é similar aos Anos iniciais. De 2011 a 2013, a performance dos alunos de Afonso Cunha na Nota Padronizada da Prova Brasil registrou aumento de 0,15 p., sendo que a disciplina de matemática foi a que obteve o menor rendimento na Prova. A Escola Ateneu Duque Bacelar registrou diminuições de 3,3 e 2,5 em matemática e português, respectivamente **(Tabela 7)**. Com estas reduções, a Nota da Prova Brasil da Escola sofreu diminuição de 0,1 p., na comparação com 2011. Já a escola UE Deputado Federal Gastão Dias Vieira obteve uma leve melhora de 0,3 p. na comparação com 2011. Matemática e português, registraram, concomitantemente, aumentos de 7,9 e 14,7 p.

Portanto, de acordo com o que foi discutido acima, destaca-se a importância no monitoramento do desempenho dos alunos durante os anos nos quais são submetidos à avaliação, para que se tenha uma visão mais holística a respeito das dificuldades que os alunos enfrentam durante a sua formação.

3.3.2 Notas no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM[7]

Em Afonso Cunha, das 23 escolas existentes em 2013[8], apenas uma possuía matrículas no Ensino Médio, o C.E. Dr. Carlos Magno Bacelar, localizada na Praça da Comunidade, Centro da Cidade, com 330 matrículas.

Apesar do contingente de alunos no Ensino Médio, o INEP não divulgou o resultado do desempenho médio do ENEM de nenhuma das escolas de Afonso Cunha. Situação preocupante, posto que sinaliza baixa taxa de participação no ENEM dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio.

Destaca-se que as cidades mais próximas de Afonso Cunha que oferecem Ensino Superior Público são Chapadinha (UFMA), e Codó (UFMA e UEMA), respectivamente a 52 km e 235 km de distância de Afonso Cunha. Nesse sentido, é preciso avaliar os motivos relacionados ao desinteresse dos alunos concluintes do Ensino Médio no Município em competir no acesso ao Ensino Superior Público, com o intuito de gerar mecanismos de estímulo para o avanço na formação educacional dos residentes em Afonso Cunha.

[7] O INEP disponibiliza o desempenho médio dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) somente para as escolas que apresentam os seguintes requisitos: i) número de alunos concluintes do segundo grau e participantes do ENEM de, no mínimo, 10 alunos e; ii) apresentar, no mínimo, 50% de estudantes participantes no ENEM.

[8] Para o referido ano, o número de escolas no Maranhão que atenderam, concomitantemente, os critérios mencionados acima, foram de 275 escolas, o que representa apenas 26,6% do total de escolas (1.033) que apresentavam matrículas no ensino médio em 2013.

3.4 Matrículas em relação às Funções Docentes

De acordo com dados do Ministério da Educação – MEC, para o ano de 2014, foram identificadas 3.008 matrículas e 200 funções docentes em Afonso Cunha. No Maranhão, no mesmo ano, a quantidade de matrículas e funções docentes era de 2,1 milhões e de 114,9 mil, respectivamente. Com base nesses números, observa-se que em Afonso Cunha existe uma menor quantidade de alunos por docentes (15,4) que na média do Estado (18,3).

No que se refere à proporção matrícula/docente de Afonso Cunha em 2014, constatou-se que a escola que possuía o maior número de matrículas por docente era a Escola Nossa Se nhora da Conceição (28), seguida das Escolas Francisco Ferreira e Francisco Pereira da Luz, ambas com 23 matrículas/docente. As taxas verificadas nestas três escolas são maiores do que as médias do Estado e do Município **(Tabela 8)**.

Tabela 8 – Número de matrículas nas escolas com maior proporção matrícula/docente – Afonso Cunha - 2014

Escola		E.M. Nsa Sra da Conceicão	E.M. Francisco Ferreira	E.M. Francisco Pereira da Luz	E.M. Maria Doralice Medeiros de Moura	E.M. João Santos
Total de Matrículas*		55	23	46	66	40
Creche		-	-	-	-	-
Pré-escola		7	4	8	8	2
Ensino Fundamental	Total	28	19	38	32	22
	Anos iniciais	28	19	38	32	22
	Anos finais	-	-	-	-	-
Ensino Médio		-	-	-	-	-
EJA	Ensino Fundamental	20	-	-	26	16
	Ensino Médio	-	-	-	-	-
Matrícula/Docente		28	23	23	22	20

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/MA

* Não inclui atividades complementares (reforço escolar)

Em Afonso Cunha, das 200 funções docentes em 2014, somente 63% estão ocupadas por concursados/efetivos. Em todo o Estado, o percentual de funções docentes ocupados por concursados/efetivos é de 55,3%.

Ainda no tocante às escolas com maior número de matrículas por docentes (**Tabela 9**) a Escola Maria Doralice Medeiros de Moura foi a que apresentou o maior número de docentes em 2014. Nesta, os três docentes[9] são contratados temporariamente e nenhum possui ensino superior completo.

Tabela 9 – Total de docentes concursados e efetivos, segundo grau de formação e docentes por número de salas de aula utilizadas, segundo as escolas com maior proporção matrícula/docente - Afonso Cunha – 2014

Escola			E.M. Nsa Sra da Conceicão	E.M. Francisco Ferreira	E.M. Francisco Pereira da Luz	E.M. Maria Doralice Medeiros de Moura	E.M. João Santos
Total de Docentes			2	1	2	3	2
Docentes	Concursados/Efetivos		1	-	1	-	1
	Contratados temporariamente		1	1	1	3	1
Grau de Instrução (Formação)	Médio	Normal/ Magistério	2	1	5	1	2
		Nor/Mag Indígena	-	-	-	-	-
		Médio Comum	-	-	-	2	-
	Superior	Incompleto	-	-	1	-	-
		Completo	-	-	-	-	-
Nº de salas		Existentes	1	1	2	1	1
		Utilizadas	1	1	2	1	1
Docentes/Nº de salas de aula utilizadas			2	1	1	3	2

Fonte: SEDUC/MA

[9] É comum a soma dos docentes (concursados e contratados temporariamente) divergir do total de docentes em algumas escolas. Isto se deve ao fato de que existem docentes que possuem duas matrículas, isto é, duas ocupadas por concursado, duas por contratado ou uma na condição de concursado e outra na condição de contratado. A acumulação de dois cargos de professor é garantida pela CF/88, art. 37, inciso XVI, alínea a.

No que tange aos docentes das escolas cujos resultados do IDEB foram divulgados, o número de alunos por docentes está distribuído conforme a **Tabela 10**.

Tabela 10 – Total de docentes concursados e efetivos, segundo grau de formação, relação matrículas/docentes e docentes por número de salas de aula utilizadas, segundo as escolas cujos o IDEB foi divulgado – Afonso Cunha - 2013

Escola			C.E. Dr. Carlos Magno Bacelar	U.E. Dep. Federal Gastão Dias Vieira	Escola Ateneu Duque Bacelar
Total de Docentes			18	38	40
Docentes	Concursados/Efetivos		13	29	29
	Contratados temporariamente		5	9	11
Grau de Instrução (Formação)	Médio	Normal/ Magistério	1	15	17
		Nor/Mag Indígena	-	-	1
		Médio Comum	-	5	2
	Superior	Incompleto	-	2	3
		Completo	17	16	17
Nº de salas		Existentes	7	12	7
		Utilizadas	5	22	8
Docentes/Nº de salas de aula utilizadas			4	2	5

Fonte: SEDUC/MA

Verifica-se que as escolas com melhores desempenhos no IDEB de 2013, foram: U.E. Deputado Federal Gastão Dias Vieira e a Escola Ateneu Duque Bacelar. A primeira registrou 38 docentes (29 efetivos e 9 contratados temporariamente), sendo que 2 docentes possuem graduação incompleta, 16 possuem formação superior e 15 docentes têm magistério, já a segunda registrou 40 docentes (29 efetivos e 11 contratados temporariamente), sendo que 3 não possuem formação superior, 17 concluíram o ensino superior e 17 docentes possuem magistério. Além disto, é importante destacar que, em todas as escolas, o número de salas utilizadas foi maior do que o número de salas existentes, evidenciando a necessidade de tornar a infraestrutura escolar adequada.

Destaca-se, assim, a necessidade de investimentos públicos na formação dos docentes e de criação de incentivos para que os mesmos busquem continuamente capacitação pedagógica, como forma de elevar a qualidade do ensino. Outro fator que pode contribuir na melhoria do ensino no Município é a construção de um plano de carreira para os docentes. Entende-se que professores concursados dispõem de vários benefícios, por exemplo, seguem carreira ao longo dos anos, ganham salários mais elevados, além de outros benefícios, por conseguinte, possuem maior estímulo para o exercício da profissão.

3.5 Função docente por infraestrutura precária da escola[10]

No município de Afonso Cunha observa-se, conforme a **Tabela 11**, que as maiores proporções de precariedade se encontram em escolas pertencentes à rede municipal, com predominância para aquelas situadas na zona rural. Dentre as precariedades identificadas, com destaque para o indicador Destino do Lixo, que apresentou destinação inadequada em todas as escolas. No que se refere ao indicador de Esgotamento sanitário inadequado, registrou-se o percentual de 61,1% das escolas. Verifica-se ainda que 50% das escolas funcionam em Galpão, Rancho, Paiol ou Barracão e que todos os docentes que lecionam nesta zona não desfrutam de condições favoráveis para que possam trabalhar dignamente.[11]

[10] Com o intuito de mensurar a quantidade de escolas sem o acesso adequado a esses serviços básicos, utilizou-se os seguintes parâmetros: i) considerou abastecimento de água inadequado, toda a escola que não tinha abastecimento de água ou cuja forma de abastecimento era por rio, fonte, Igarapé, Riacho, Córrego; ii) estabeleceu-se com esgoto sanitário inadequado, estão todas as escolas sem esgotamento sanitário; iii) foi considerado fornecimento de energia inadequado, toda escola sem energia elétrica; iv) destinação de resíduos sólidos inadequados, todas as escolas sem coleta periódica ou destinação para a reciclagem; e v) Local de funcionamento inadequado as escolas que funcionam em galpão, Rancho Paiol, Barracão.

[11] Ressalta-se que o espaço físico escolar possui grande importância para o corpo discente, uma vez que este será cenário diário de estudo, discussões, debates, reflexões, convívios sociais e lazer. Com base nesses termos, destaca-se que é indispensável que tanto a infraestrutura quanto o espaço físico escolar são objetos de observação.

Tabela 11 – Percentual de escolas que não possuem serviços básicos adequados, segundo dependência administrativa – Afonso Cunha – 2014.

Dependência administrativa	Zona	Abasteci-mento de água	Esgoto sanitário	Destinação do Lixo	Forneci-mento de energia	Local de funciona-mento
Estadual	Rural	-	-	-	-	-
	Urbana	-	-	20,0%	-	-
Municipal	Rural	-	61,1%	100,0%	-	50,0%
	Urbana	-	-	40,0%	-	-
Total	Rural	18	18	18	18	18
	Urbana	5	5	5	5	5

Fonte: SEDUC/MA

Além da importância do espaço construído, outros fatores que influenciam no desenvolvimento didático dos alunos e no ambiente de trabalho dos docentes são as dependências escolares relacionadas à pesquisa, esporte, alimentação e serviços sanitários, bem como condições de acessibilidade universal[12]. A **Tabela 12** demonstra o percentual de escolas em Afonso Cunha que apresentaram ausência das principais dependências.

[12] Tais dependências, são: i) Lazer e esporte - composta por Quadra de Esporte, Parque Infantil, Pátio e Área Verde; ii) Atividades de pesquisa, leitura e entretenimento - composta por Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Auditório e Sala de Leitura; iii) Banheiro; iv) Cozinha; v) Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; e vi) Outras composta por Sala de professores, Diretoria, Secretária, Refeitório, Despensa, Almoxarifado, Lavanderia, etc. Tais dependências podem refletir em fatores tão diversos como a sociabilidade dos usuários, seu desempenho escolar e mesmo em sua saúde.

Tabela 12 – Percentual das escolas, por dependência administrativa, que não apresentam nenhuma dependência relacionada a: Lazer e esporte; atividades de pesquisa, leitura e entretenimento; banheiro; cozinha e; dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida - Afonso Cunha - 2014.

Dependência administrativa	Zona	Lazer e esporte	Atividades de pesquisa, leitura e entreteni-mento	Banheiro	Cozinha	Depend. e vias adeq. a alunos com defic. ou mob. reduzida	Outros
Estadual	Rural	-	-	-	-	-	-
	Urbana	-	-	-	-	20,0%	20,0%
Municipal	Rural	94,4%	88,9%	50,0%	5,6%	88,9%	94,4%
	Urbana	60,0%	40,0%	-	-	80,0%	80,0%
Total	Rural	18	18	18	18	18	18
	Urbana	5	5	5	5	5	5

Fonte: SEDUC/MA

Verificou-se que maioria das escolas municipais, em especial da zona rural, não disponibilizam estas dependências, indispensáveis para um aprendizado de qualidade. Quanto às condições de acessibilidade, constatou-se que 88,9% das escolas de Afonso Cunha não dispõem de dependências e vias para alunos com deficiência. No tocante às dependências voltadas para o Esporte e Lazer, 94,4% das escolas não oferecem esses ambientes, impedindo assim qualquer outra atividade extra classe que necessite desses espaços.

Renda



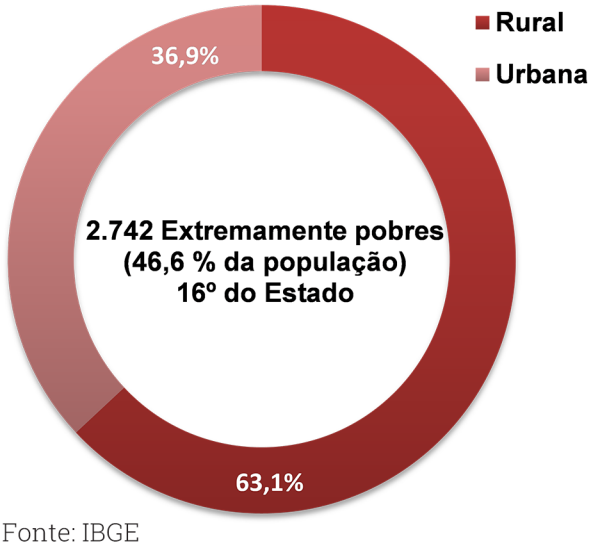
4.Renda

Afonso Cunha é o município com 14º menor IDHM-R do Maranhão. Para compreender os determinantes dessa situação, serão apresentadas, a seguir, algumas informações, sobre: Extrema Pobreza e Benefícios Sociais; Trabalho e Renda; Produção Agropecuária e Comercialização.

4.1 Extrema Pobreza e Benefícios Sociais

De acordo com os dados do Censo 2010, o município de Afonso Cunha é o 16º município com maior percentual de extremamente pobres do Maranhão, com 46,6% da sua população vivendo nessa condição. Nesse município, um contingente de 2.742 pessoas auferem uma renda mensal per capita de até R$ 77,00. Desse total, 63,1% encontra-se na zona rural e 36,9% na zona urbana. (Gráfico 5).

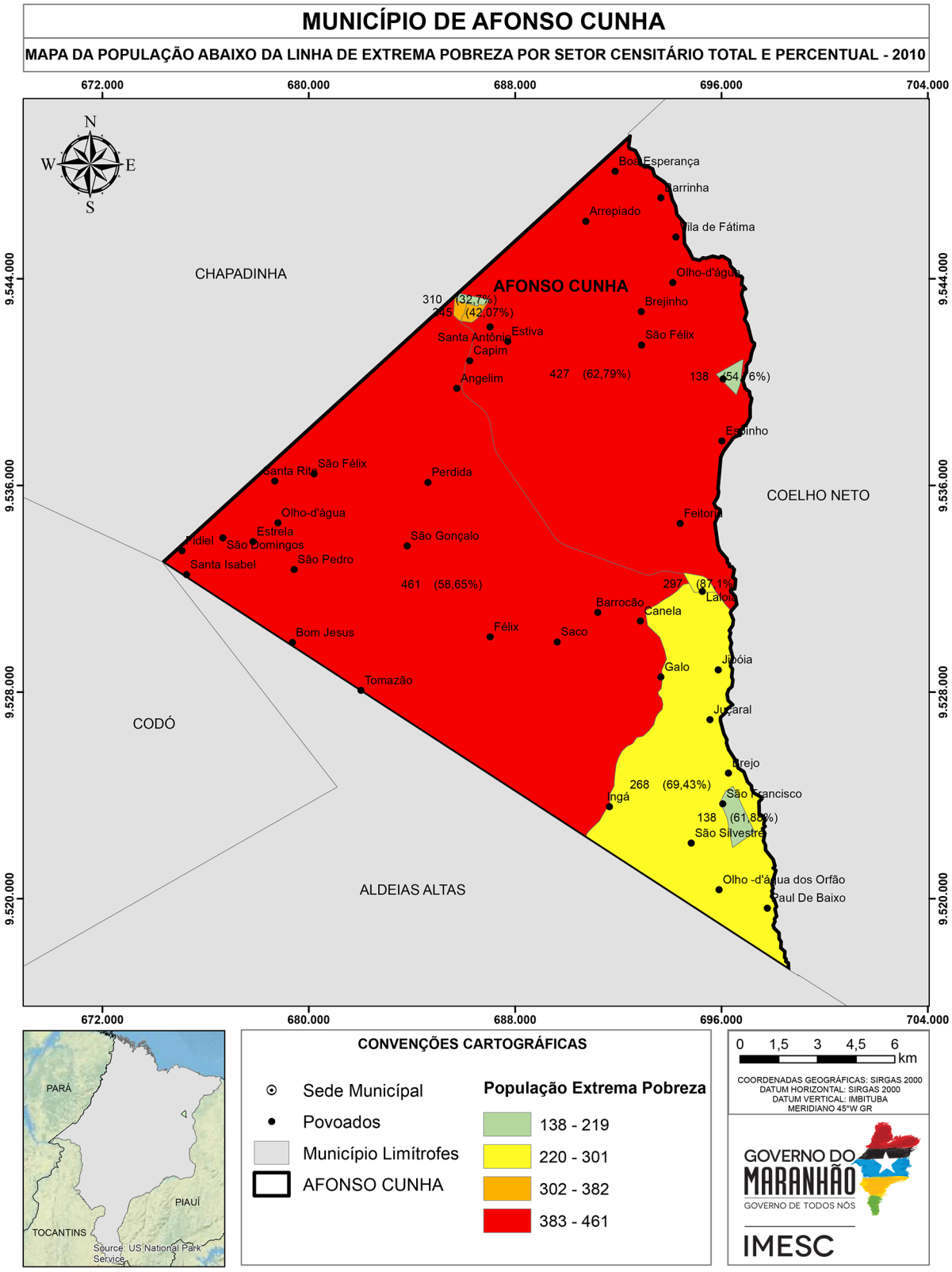
Gráfico 5 – Extremamente pobres – Total e % na Zona Urbana e Rural – Afonso Cunha - 2010



Fonte: IBGE

O **Mapa 6** mostra a distribuição, no território do município, do quantitativo de pessoas extremamente pobres, por setores censitários. Pode-se notar que os setores com maior quantidade de extremamente pobres perfazem uma parcela significativa do território do município. Ao todo, Afonso Cunha divide-se em dez setores, a região norte do município onde localiza-se a Sede municipal concentra aproximadamente 77,7% do total de extremamente pobres de Afonso Cunha.

Mapa 6: Mapa da População abaixo da linha de extrema pobreza por setor Censitário de Afonso Cunha



Fonte: IMESC.

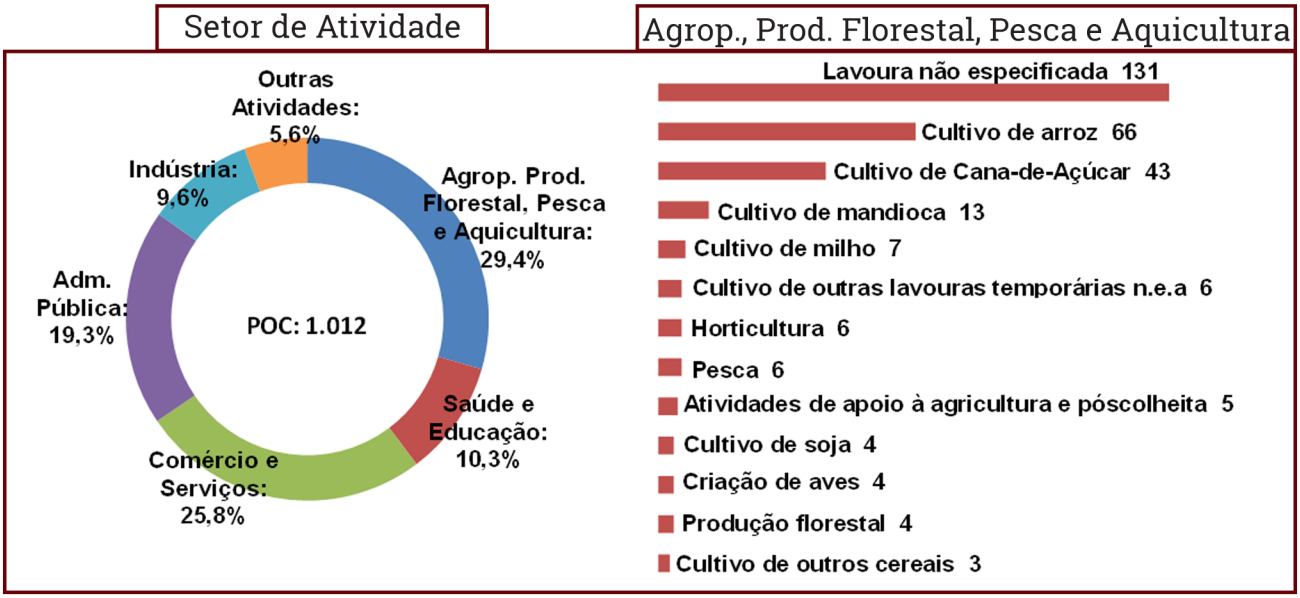
Em Afonso Cunha, um total de 1.632 famílias estão registradas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e um total de 1.106 famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - PBF [13] (MDS, 2015).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 123 idosos e 86 pessoas com deficiência são favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC[14] em Afonso Cunha. Tendo em vista que, de acordo com o Censo 2010, a população de 60 anos ou mais de idade perfaz um total de 442 pessoas no município, pode-se inferir que há idosos elegíveis ao BPC que não estão recebendo o benefício.

4.2 Trabalho e Renda

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a Taxa de Ocupação[15] do município de Afonso Cunha é de 86,9% (1.012 Pessoas Ocupadas - POC). Uma parcela significativa da população ocupada concentra-se em atividades agropecuárias, produção florestal, pesca e aquicultura (29,4%) e em Comércio e Serviços (25,8%). As outras atividades com mais ocupações no município são Administração Pública (19,3%) e Saúde e Educação (10,3%). **(Figura 6).**

Figura 6 – População Ocupada por Subsetor de Atividade (Percentual) e População Ocupada na Agropecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Total) – Afonso Cunha – 2010



Fonte: IBGE n.e.a.: não especificadas anteriormente

[13] O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. (MDS, 2015).

[14] O Benefício de Prestação Continuada - BPC assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com renda mensal familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo vigente. Para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (MDS, 2015).

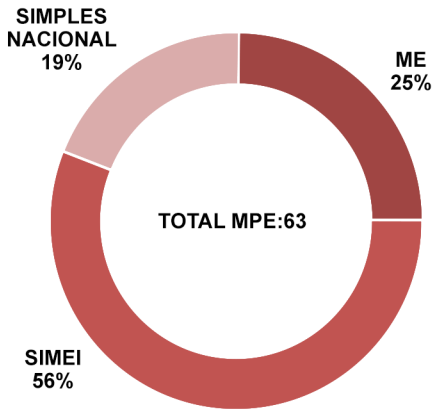
[15] Taxa de Ocupação: População Ocupada em relação à População Economicamente Ativa. (IBGE, 2015).

As Atividades Agropecuárias, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura ocupam 298 pessoas. As atividades mais frequentes são: lavoura não especificada (131), cultivo de arroz (66) e cultivo de cana-de-açúcar (43). **(Figura 6).**

Em se tratando de emprego formal, Afonso Cunha possui apenas 197 registros, sendo 177 na Administração Pública e 16 na Agropecuária (RAIS, 2014). Este dado demonstra o grau de precarização do mercado de trabalho, pois apenas 19,5% da população ocupada no município encontra-se no mercado formal.

No que se refere aos estabelecimentos formais, no município de Afonso Cunha há 67 empresas formais, sendo 63 Micro e Pequenas Empresas – MPE. Desse total, 35 são Microempreendedores Individuais (regime de tributação Simples Nacional MEI - SIMEI) e 16 são Microempresas - ME. As demais 12 empresas, estão sob o regime do Simples Nacional o que significa que são ME ou EPP. (EMPRESÔMETRO, 2015). **(Gráfico 6).**

Gráfico 6 – MPE de Afonso Cunha, por regime de tributação - Total e % - 2015*



Fonte: Empresômetro
*Dados coletados em 30/05/15

“Em se tratando de emprego formal, Afonso Cunha possui apenas 197 registros”

A **Tabela 13**, a seguir, mostra a quantidade de MPE de Afonso Cunha, segundo Atividade Econômica. Ressalta-se que esse é o registro das empresas formais. Entretanto, segundo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE[16], do IBGE, no ano de 2010, existiam nesse município aproximadamente 246 empresas, entre formais e informais, assim distribuídas: 202 empresas do ramo de Comércio, 32 Serviços e 12 Indústrias.

> “existiam nesse município aproximadamente 246 empresas, entre formais e informais, no ano de 2010”



[16] O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE apresenta uma lista de endereços classificados por tipo (unidades residenciais, unidades de ensino, unidades de saúde e outros), sem mencionar informação econômica ou social correspondente àquele endereço. (IBGE, 2015).

Tabela 13 – Quantidade de Micro e Pequenas Empresas (MPE) formais, por Atividade Econômica – Afonso Cunha – 2015*

Atividade Econômica	2015
Total	**63**
Comércio varejista de materiais de construção em geral	4
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	4
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	3
Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	3
Cabeleireiros	3
Comércio varejista de laticínios e frios	3
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	3
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	2
Comércio varejista de artigos de armarinho	2
Restaurantes e similares	2
Comércio varejista de móveis	2
Comércio varejista de carnes - açougues	2
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	1
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp)	1
Transporte escolar	1
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	1
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	1
Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	1
Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	1
Tabacaria	1
Fabricação de móveis com predominância de madeira	1
Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	1
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	1
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	1
Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	1
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	1
Comércio varejista de bebidas	1
Comércio varejista de artigos de papelaria	1
Construção de edifícios	1
Transporte rodoviário de produtos perigosos	1
Comércio varejista de artigos de ótica	1
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	1
Comércio varejista de artigos esportivos	1
Casas lotéricas	1
Instalação e manutenção elétrica	1
Produção de carvão vegetal - florestas nativas	1
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1
Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	1
Fabricação de produtos de panificação industrial	1
Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	1

Fonte: Empresômetro *Dados coletados em 30/05/2015

Tabela 14 – Receita Total e principais Rubricas (Em R$), a preços* de jun/15 – Afonso Cunha – 2013

Rubrica	Valor (R$)	% Em relação a Receita Total
Receita Total[1]	**22.417.188,4**	**100,0**
Receitas Correntes	**19.072.999,7**	**85,1**
Receita Tributária	864.788,7	3,9
ISSQN	389.944,7	1,7
Transferências Correntes	18.156.152,8	81,0
FPM	6.157.187,9	27,5
FUNDEB	6.868.087,9	30,6
Outras Transf. Correntes	5.130.877,1	22,9
Outras Receitas Correntes	---	---
Receitas de Capital	**1.672.094,3**	**7,5**

Fonte: STN *Valores inflacionados pelo IPCA.
1.Receita Total: Receitas Correntes + Receitas de Capital.

Como consequência do bai- xíssimo índice de formalização, tem-se uma baixa capacidade de geração de renda nesse município. Os dados fiscais mostram que o grau de dependência em relação às Receitas Transferidas é de 87,5%.

Tabela 15 – Massa de Rendimentos (em R$), a preços* de jun/15 – Afonso Cunha - 2010

Massa de rendimentos	Massa de rendimentos (R$)		
	Mensal	Anual	Participação (%)
Total	**1.191.671,2**	**15.003.697,2**	**100,0**
Rendimento do Trabalho	703.642,3	9.147.350,4	61,0
Transferências ou Aposentadoria	481.785,8	5.781.429,8	38,5
Outros rendimentos	6.243,1	74.917,0	0,5

Fonte: IBGE *Valores inflacionados pelo IPCA

A desagregação da massa de rendimentos mostra que 61% do fluxo de renda anual do município de Afonso Cunha advêm do Trabalho e 38,5% são provenientes de Transferências. Os demais 0,5% são rendimentos de outras fontes.

No ano de 2014, o montante de recursos provenientes da aposentadoria alcançou a cifra de 5,4 milhões em Afonso Cunha (23,1% do PIB).

Tabela 16 - Aposentadoria Rural e Urbana, Bolsa Família (em R$) e participação no PIB, a preços* de jun/15 – Afonso Cunha – 2014

Aposentadoria	Aposentadoria (R$)	
	Total Anual	% PIB[1]
Aposentadoria	5.396.948,9	23,1
Urbana	1.988.152,1	8,5
Rural	3.408.796,8	14,6
Bolsa Família	3.093.263,0	13,2

Fonte: Ministério da Previdência Social; MDS; IMESC
1. PIB 2012 *Valores inflacionados pelo IPCA

A Aposentadoria Rural tem um peso mais significativo no PIB (14,6% PIB) relativamente à Aposentadoria Urbana (8,5% PIB). Em se tratando do Programa Bolsa Família, o recurso de R$ 3,1 milhões transferido para os beneficiários de Afonso Cunha, no ano de 2014, representou 13,2% do PIB.

4.3 Produção Agropecuária e Comercialização

O **Quadro 1**, a seguir, mostra a relação dos principais produtos agropecuários do município de Afonso Cunha, por povoado. De acordo com o Secretário de Agricultura do Município, Antônio Maria Filho, a produção é destinada para o autoconsumo e para a comercialização no próprio município. Os produtores não recebem assistência técnica e o município não participa de nenhum Arranjo Produtivo Local.

Quadro 1 – Quadro dos principais produtos agrícolas, por Povoados, Assistência Técnica, Destino da Produção e Local da Comercialização – Afonso Cunha, 2015

Produção	Povoados	Sistemas de Produção	Recebe assist. técnica	Qtd aproximada de produtores	Destino da produção	Local da Comercialização
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Santa Rita	Roça-de-toco	Não	20	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Olho D`Água	Roça-de-toco	Não	40	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Fidié	Roça-de-toco	Não	25	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Barrinha	Roça-de-toco	Não	50	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Capoeira	Roça-de-toco	Não	80	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Lolóia	Roça-de-toco	Não	120	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Jibóia	Roça-de-toco	Não	30	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	São Francisco	Roça-de-toco	Não	80	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	São Silvestre	Roça-de-toco	Não	40	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Paú	Roça-de-toco	Não	30	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Santa Maria	Roça-de-toco	Não	35	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Inguá	Roça-de-toco	Não	70	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Boa Esperança	Roça-de-toco	Não	50	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Feitoria	Roça-de-toco	Não	40	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Estiva	Roça-de-toco	Não	15	Autoconsumo	---
Arroz, Milho, Feijão e Mandioca	Fazenda Dos Milagres	Roça-de-toco	Não	15	Autoconsumo	---

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Afonso Cunha, 2015.

Figura 7– Secretaria Municipal da Agricultura de Afonso Cunha - MA



Fonte: IMESC, 2015

O município não possui Mercado Municipal, parte da produção agrícola é comercializada em feira municipal de produtos hortifrutigranjeiros que ocorre semanalmente, às sextas-feiras. O município possui três supermercados de varejo, aproximadamente 30 pequenos comércios e duas distribuidoras de bebidas.

No que se refere aos Programas de Compras Institucionais, o município aderiu ao PAA do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2012, e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Porém não aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

A modalidade do PAA a qual o município aderiu foi a Compra com Doação Simultânea e as doações são feitas às Escolas, Creches, Instituições de Assistência Social e Hospitais. O município dispõe de posto de armazenagem e distribuição, para controle e entrega dos produtos. Os principais produtos comprados através do PAA são: frutas, verduras, arroz, feijão e farinha. Em 2012, o valor da proposta do PAA foi de R$ 83.942,5 mil e adquirida de 33 agricultores.

O PNAE é gerido pelas Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação do município que designam uma equipe técnica própria para gerir o Programa. Os produtos são adquiridos através de chamadas públicas. Nos anos de 2012 a 2014 foram comprados um percentual de 30% da merenda escolar junto aos agricultores familiares do próprio município e 30% dos agricultores familiares do município de Coelho Neto. Os demais 40% da merenda escolar foram adquiridos de uma empresa de gêneros alimentícios sediada em Teresina, no Estado do Piauí.

Longevidade



5.Longevidade

O IDHM-Longevidade (IDHM-L) de Afonso Cunha apresentou, no período de 1991 a 2000, aumento de 0,089 e, entre 2000 a 2010, o aumento foi de 0,130, totalizando, de 1991 a 2010, um crescimento de 0,219 no referido índice. Em termos de Expectativa de Vida, este aumento representou acréscimo de 13,13 anos no intervalo de 1991-2010, sendo 5,36 anos no período 1991 a 2000 e 7,77 anos de 2000 a 2010, conforme demonstrado na **Tabela 17**.

Mesmo com o avanço explicitado, a Expectativa de Vida no Município de Afonso Cunha se manteve abaixo da Expectativa do Maranhão, com uma diferença variando 2,69 anos em 1991, 3,21 anos em 2000 e 1,92 anos em 2010.

Tabela 17 – IDHM-Longevidade e Expectativa de vida – Afonso Cunha – 1991, 2000 e 2010

ANO	Brasil			Maranhão			Afonso Cunha		
	IDHM	IDHML	Expectativa de vida	IDHM	IDHML	Expectativa de vida	IDHM	IDHML	Expectativa de vida
1991	0,493	0,662	64,73	0,357	0,551	58,04	0,278	0,506	55,35
2000	0,612	0,727	68,61	0,476	0,649	63,92	0,337	0,595	60,71
2010	0,727	0,816	73,94	0,639	0,757	70,4	0,529	0,725	68,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.
Nota: Dados coletados em 16/07/2015.

5.1 Saúde da criança e da mulher

O município de Afonso Cunha teve apenas dois óbitos infantis (menores de 1 ano), dentre os 103 nascidos vivos no ano de 2013, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), sendo um deles óbito neonatal precoce (aquele ocorrido de 0 a 6 dias de vida) e o outro óbito neonatal tardio (entre o 7º e o 27º dia de vida), conforme descrição presente no Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal (BRASIL, 2009).

O Município não dispunha de hospital inscrito no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), por este motivo, dentre todos os nascidos vivos, 95,1% (98) nasceram em parto hospitalar em outros municípios – dos quais, 67,9% (70) nasceram em parto hospitalar vaginal e 27,1% (28) em parto hospitalar cesáreo –, 1% (1) nasceu por outros tipos de parto[17] em locais ignorados e apenas 3,9% (4) nasceram de parto domiciliar em Afonso Cunha, conforme a **Tabela 18.**

Destaca-se positivamente que, 72% de todos os nascidos vivos nasceram em parto vaginal, percentual acima do Estado (58,7%) e do Brasil (43,2%), contra 28% de partos cesáreos, conforme Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Porém, este percentual não contempla o parâmetro preconizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS – e adotado pelo Ministério da Saúde, que é de 10% a 15% de partos cesáreos.

Nota-se na **Tabela 18** que, em relação à idade da mãe:

- As faixas de idade da mãe de 20 a 24 anos, com 29 nascidos vivos, e 25 a 29 anos, com 23 nascidos vivos, concentram juntas 50,4% de todos os nascidos vivos do município;
- Houve dois nascidos vivos de mães com 10 a 15 anos, ambos nascidos em parto hospitalar vaginal;
- Houve 12 nascidos vivos de mães com mais de 35 anos de idade[18];
- A faixa de idade da mãe com maior quantidade de nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo é a de 25 a 29 anos, com 10 nascidos vivos representando 40% dos nascidos vivos neste tipo de parto, destes, 20% (5) das mães tinham de 8 a 11 anos de estudo;
- 18,4% (19) das mães tinham de 15 a 19 anos e tiveram parto hospitalar, em que 13 tiveram partos vaginais, com maioria (12) das mães de 4 a 11 anos de estudo e 5 tiveram parto cesáreo com maioria (4) das mães de 8 a 11 anos de estudo.

17 O termo "outros tipos de parto" diz respeito aos partos com fórceps e outros, de acordo com as categorias instituídas pelo Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

18 Uma das características individuais desfavoráveis e presentes anteriormente à gestação, dentro dos marcadores e fatores de risco gestacional, é a idade maior que 35 anos, segundo Manual Técnico da Gestação de Alto Risco (BRASIL, 2009).

Tabela 18 – Nascidos vivos por idade e grau de instrução da mãe e tipo de parto – Afonso Cunha – 2013

Idade da mãe (anos)	Grau de instrução da mãe (anos)																	
	Parto domiciliar			Parto hospitalar													Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal			Vaginal						Cesáreo						Total		
	1 a 3	4 a 7	Total	Nenhum	1 a 3	4 a 7	8 a 11	Ignorado	Total	1 a 3	4 a 7	8 a 11	12 e mais	Ignorado	Total			
10 a 14	-	-	-	-	-	2	-	-	2							2	-	2
15 a 19	-	-	-	-	1	6	6	-	13	-	1	4	-	1	6	19	-	19
20 a 24	-	1	1	-	3	9	4	6	22	-	2	2	-	1	5	27	1	29
25 a 29	-	2	2	2	3	2	4	-	11	-	3	5	2	-	10	21	-	23
30 a 34	1	-	1	2	2	6	3	-	13	1	-	1	1	1	4	17	-	18
35 a 39	-	-	-	-	3	2	-	1	6	1	-	-	1	-	2	8	-	8
40 a 44	-	-	-	1	1	-	1	-	3	-	1	-	-	-	1	4	-	4
Total	1	3	4	5	13	27	18	7	70	2	7	12	4	3	28	98	1	103

Fonte: DATASUS/SINASC.
Nota: Dados coletados em 21/08/2015.

No que se refere ao grau de instrução da mãe observa-se que:

• A maior incidência de nascidos vivos (38) está na faixa de mães que tinham de 4 a 7 anos de estudo, representando 36,8% de todos os nascidos vivos, seguida da faixa de 8 a 11 anos de estudos com 30 nascidos vivos, representando 29,1%;

• Dos nascidos vivos que nasceram em parto hospitalar vaginal, a maioria (27) se encontra na faixa de mães que tinham de 4 a 7 anos de estudo, representando 42,8% dos nascidos neste tipo de parto, enquanto que a maioria (12) dos que nasceram em parto hospitalar cesáreo se encontram na faixa de mães que tinham de 8 a 11 anos de estudo, representando 48% dos nascidos neste tipo de parto; em ambos os casos a maioria dos nascidos vivos foram de mães que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais, respectivamente 13 e 8.

Tabela 19 – Nascidos vivos por tipo de parto, consultas pré-natais e grau de instrução da mãe – Afonso Cunha – 2013

Grau de instrução da mãe (anos)	Consultas pré-natais														
	Parto domiciliar		Parto hospitalar										Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal		Vaginal					Cesáreo							
	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Total		
Nenhum	-	-	-	4	1	-	5	-	-	-	-	-	5	-	5
1 a 3	1	1	-	3	5	5	13	-	-	1	1	2	15	-	16
4 a 7	3	3	-	3	11	13	27	-	1	4	2	7	34	1	38
8 a 11	-	-	1	1	9	7	18	1	-	3	8	12	30	-	30
12 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	4	4	-	4
Ignorado	-	-	-	-	3	4	7	-	-	-	3	3	10	-	10
Total	4	4	1	11	29	29	70	1	1	9	17	28	98	1	103

Fonte: DATASUS/SINASC.
Nota: Dados coletados em 21/08/2015.

No que se refere às consultas pré-natais, o município não atinge o parâmetro, tendo apenas 48,5% (50) de nascidos vivos com mães que realizaram 7 ou mais consultas, contra os 90% indicado pelo Ministério da Saúde. Deste universo, 66% (33) nasceram em parto vaginal (domiciliar e hospitalar) e 34% (17) nasceram em parto hospitalar cesáreo, conforme a **Tabela 19**.

Observa-se ainda que:

• De todos os nascidos vivos no município, 36,8% (38) tiveram mães que realizaram de 4 a 6 consultas e 48,5% (50) tiveram mães que realizaram 7 ou mais consultas;

• Todos os nascidos vivos em parto domiciliar vaginal (4) tiveram mães que realizaram 7 ou mais consultas, com destaque para as mães que tinham de 4 a 7 anos de estudo, com três nascidos vivos;

• A maioria dos nascidos vivos em parto hospitalar vaginal (58) tiveram mães que realizaram 4 ou mais consultas, correspondendo a 82,8% dos nascidos vivos neste tipo de parto, tendo as faixas de 4 a 6 consultas e 7 ou mais consultas 29 nascidos vivos cada; em ambos os casos a maioria das mães tinha de 4 a 7 anos de estudos, com 11 e 13 nascidos vivos, respectivamente;

• 42,8% dos nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo (12) tinham mães com 8 a 11 anos de estudo, destes a maioria (8) tinham mães que realizaram 7 ou mais consultas;

• Dos dois casos de nascidos vivos em parto hospitalar sem nenhuma consulta realizada pela mãe, um deles nasceu em parto vaginal e o outro nasceu em parto cesáreo, ambos com mães de mesmo grau de instrução, 8 a 11 anos de estudo.

Tabela 20 – Nascidos vivos por tipo de parto, consultas pré-natais e duração da gestação – Afonso Cunha – 2013

Duração da gestação (semanas)	Consultas pré-natais														
	Parto domiciliar		Parto hospitalar											Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal		Vaginal					Cesáreo					Total		
	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total			
Menos de 22	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1
32 a 36 (pré-termo)	-	-	-	1	3	2	6	-	-	-	1	1	7	-	7
37 a 41 (a termo)	4	4	1	8	22	23	54	-	1	6	14	21	75	1	80
42 ou mais (pós-termo)	-	-	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	2
Ignorada	-		-	1	2	4	7	1	-	3	2	6	13	-	13
Total	4	4	1	11	29	29	70	1	1	9	17	28	98	1	103

Fonte: DATASUS/SINASC.

Nota: Dados coletados em 21/08/2015.

No que tange à duração da gestação observa-se na **Tabela 20,** que de todos os nascidos vivos:

• 77,6% (80) de todos os nascidos vivos nasceram a termo e 12,6% (13) nasceram com duração da gestação ignorada[19];

• Todos os nascidos vivos em parto domiciliar vaginal (4) nasceram a termo;

• Dos nascidos vivos em parto hospitalar vaginal, 77,1% (54) nasceram a termo, destes, 22 foram de mães que realizaram de 4 a 6 consultas e 23 realizaram 7 ou mais consultas pré-natais;

• Houve apenas um caso de nascido vivo com menos de 22 semanas[20], tendo o mesmo nascido em parto hospitalar vaginal;

• Dos nascidos vivos em parto hospitalar vaginal, 75% (21) nasceram a termo, sendo que dois terços destes (14) realizaram 7 ou mais consultas pré-natais.

5.2 Atenção Básica

Segundo informações do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), o Município de Afonso Cunha tem três Unidades Básicas de Saúde – UBS , com uma Equipe de Saúde da Família, duas Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal – Modalidade I e uma Equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família, compostas pelos profissionais relacionados no **Quadro 2.**

[19] A existência de nascidos vivos com duração da gestação ignorada remete a vários problemas como a falta de estruturas de saúde para oportunizar o acesso da gestante ao pré-natal e os exames básicos, ,conforme Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal (BRASIL, 2009)." depois de "exames básicos

[20] Em alguns casos o nascido vivo com menos de 22 semanas pode ser considerando feto e em caso de morte poderá vir a ser tratado como aborto, a depender da certeza da duração da gestação e do peso ao nascer, conforme Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal (BRASIL, 2009).

Quadro 2 – Profissionais das Equipes de Saúde – Afonso Cunha – 2015

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Médico	3
Enfermeiro	6
Auxiliar de Enfermagem	-
Agente Comunitário de Saúde	-
Cirurgião Dentista	2
Auxiliar em Saúde Bucal	-
Assistente Social	2
Farmacêutico	1
Fisioterapeuta	1
Fonoaudiólogo	1
Nutricionista	2
Profissional/ Prof. de Educação Física	-
Psicólogo	1
Terapeuta Ocupacional	-
Médico Ginecologista/Obstetra	-
Médico Acupunturista	-
Médico Homeopata	-
Médico Pediatra	-
Médico Psiquiatra	-
Médico Geriatra	-
Médico Internista (clínica médica)	-
Médico do Trabalho	-
Médico Veterinário	1
Profissional com formação em arte e educação (arte educador)	-
Profissional de saúde sanitarista	-

Fonte: DATASUS/CNES.
Nota: Dados coletados em 21/08/2015.

5.3 Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis

O município apresenta um número crescente de pessoas com hipertensão e diabetes sendo acompanhadas pelas Equipes de Saúde da Família, esse crescimento pode significar tanto o aumento dos casos existentes, quanto o aumento das pessoas que são acompanhadas. Em Afonso Cunha, os portadores de tais doenças crônicas podem receber seus medicamentos gratuitamente na Unidade Básica de Saúde e na Farmácia Básica **(Figura 8)**.

Figura 8 – Farmácia Básica de Afonso Cunha



Fonte: IMESC, 2015.

A média anual de crescimento da população acompanhada com hipertensão entre os anos de 2004 e 2014 **(Tabela 21)**, em Afonso Cunha, foi de 7,7%, sendo que a maior taxa de crescimento da população acompanhada ocorreu em 2010 (22%) em relação a 2009.

Tabela 21 – População residente e População acompanhada com diabetes

População	Ano										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População	4.731	4.743	4.754	5.651	5.834	5.948	5.957	6.000	6.090	6.197	6.277
População acompanhada com diabetes	353	370	384	505	642	672	888	965	1020	985	1258
População acompanhada com hipertensão	2224	2298	2567	2941	3138	3395	4142	4197	4207	4053	4689

Fonte: DATASUS, 2014

Nota: Dados coletados em 14/05/2015

Ao analisar os casos de diabetes, foi constatado um crescimento considerável no número de pessoas acompanhadas, em 2014 esse número chegou a 1.258 pessoas, situação que pode estar diretamente relacionado ao diagnóstico precoce e melhorias das condições técnicas da saúde pública local.

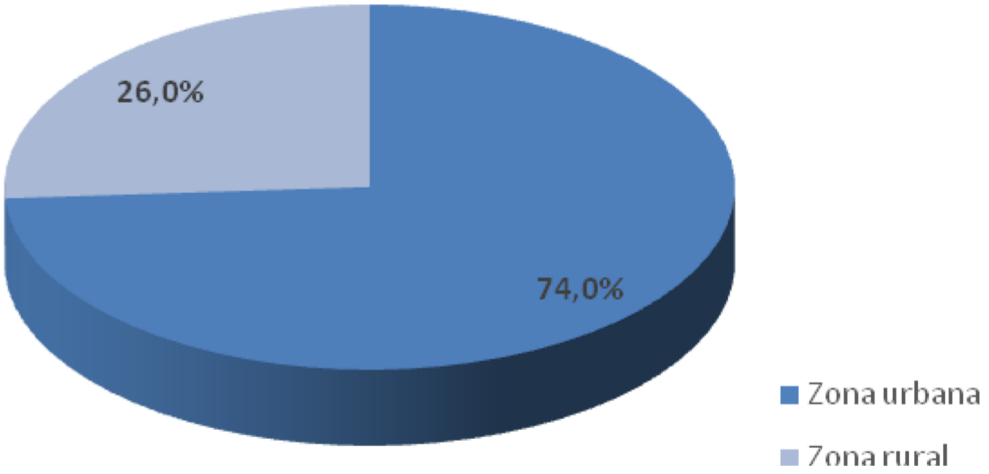
Quanto à Hanseníase foram registrados dois casos no ano de 2013 e para AIDS, há registro de um caso em 2011 e um caso em 2013[21], segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

5.4 Saneamento Básico

Os serviços de saneamento básico - abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos - prestados no Município, apresentam *deficit* de cobertura. Segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), apenas 50,42% (657) dos domicílios de Afonso Cunha tinham acesso à rede geral de abastecimento de água, sendo que deste total 74% encontram-se na zona urbana e 26% na zona rural **(Gráfico 7).**

[21] A não existência de informação para os demais anos pode significar que não houve casos ou que os mesmos não foram notificados

Gráfico 7 – Domicílios abastecidos com rede geral de água, por zona (%) - Afonso Cunha – 2010



Fonte: IBGE, (2010) Adaptado

Em relação ao serviço de abastecimento de água, não há informação sobre o quantitativo de poços, nem a extensão e qualidade da rede de distribuição em Afonso Cunha.

Os indicadores de esgotamento sanitário apresentam índices preocupantes. O Município não possui coleta de esgoto ligado à rede geral e, segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), apenas 2,61% dos domicílios possuem esgotamento por fossa séptica, os demais utilizam fossas rudimentares (35,53%) e a maior parte faz uso de vala, rios ou outros escoadouros (61,86%), estando distribuídos entre a zona urbana e rural.

No que se refere aos serviços de coleta de resíduos sólidos, segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), apenas 36,07% dos domicílios são atendidos, os demais queimam ou descartam em lixão a céu aberto **(Figura 9),** pois não há aterro sanitário.

Figura 9 - Lixão de Afonso Cunha



Fonte: IMESC, 2015

Ao analisar o **Quadro 3**, que apresenta um panorama da evolução do sistema de saneamento básico de Afonso Cunha nos anos de 2000 e 2010, observa-se que os indicadores de abastecimento de água e coleta de resíduos tiveram elevação na ordem de 34,4 p.p e 35,44 p.p respectivamente, enquanto o esgotamento em fossa séptica decresceu ao longo do período.

Quadro 3 – Evolução do Sistema de Saneamento Básico - Afonso Cunha - 2000-2010

Ano	Abastecimento de água/ Rede geral (%)	Esgotamento Sanitário/ Fossa séptica (%)	Resíduos Sólidos/ Coleta (%)
2000	16,02	3,87	0,63
2010	50,42	2,61	36,07

Fonte: IBGE, 2010.

A problemática é evidenciada pela ausência das condições de infraestrutura necessárias para atender as exigências de melhoria dos indicadores de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

www.imesc.ma.gov.br